

ARLAN ELOI LEITE

O JORNAL TRIBUNA DO NORTE
E O GOLPE MILITAR DE 1964
a publicidade da "subversão" potiguar



edufnrn



REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA EDUFERN

Luis Passeggi (Diretor)
Wilson Fernandes (Diretor Adjunto)
Judithe Albuquerque (Secretária)

CONSELHO EDITORIAL

Luis Passeggi (Presidente)
Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra
Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha
Anne Cristine da Silva Dantas
Christianne Medeiros Cavalcante
Edna Maria Rangel de Sá
Eliane Marinho Soriano
Fábio Resende de Araújo
Francisco Dutra de Macedo Filho
Francisco Wildson Confessor
George Dantas de Azevedo
Maria Aniolly Queiroz Maia
Maria da Conceição F. B. S. Passeggi
Maurício Roberto Campelo de Macedo
Nedja Suely Fernandes
Paulo Ricardo Porfirio do Nascimento
Paulo Roberto Medeiros de Azevedo
Regina Simon da Silva
Richardson Naves Leão
Rosires Magali Bezerra de Barros
Tânia Maria de Araújo Lima
Tarcísio Gomes Filho
Teodora de Araújo Alves

EDITORIAÇÃO

Kamyla Alvares (Editora)
Alva Medeiros da Costa (Supervisora Editorial)
Natália Melão (Colaboradora)

REVISÃO

Wildson Confessor (Coordenador)
Valeska Limeira
Andreia Braz

DESIGN EDITORIAL

Michele Holanda (Coordenadora)
Rafael Campos (Capa)
Ian Medeiros (Miolo)

Arlan Eloi Leite

O JORNAL TRIBUNA DO NORTE
E O GOLPE MILITAR DE 1964
a publicidade da "subversão" potiguar



Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN /
Biblioteca Central Zila Mamede

Leite, Arlan Eloi.

O jornal Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964 [recurso eletrônico] : a publicidade da "subversão" potiguar / Arlan Eloi Leite. – Natal, RN : EDUFRN, 2016.
111 p. : PDF ; 4,1 Mb.

Originalmente apresentado como dissertação do autor (mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br/>

ISBN 978-85-425-0650-1

1. Imprensa e política – Rio Grande do Norte – História. 2. Tribuna do Norte (Jornal) – Aspectos políticos. 3. Brasil – História – Golpe Militar, 1964. 4. Governo e imprensa. 5. Censura – Rio Grande do Norte. I. Título.

RN/UF/BCZM

2016/75

CDD 079.8132

CDU 070.15(813.2)(091)

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

O ofício do historiador é lembrar o que os outros esquecem.

Eric Hobsbawm

Para Fernanda, Fabíola e Helder.

Agradecimentos

Este livro é parte da minha dissertação de mestrado, defendida em 19 de agosto de 2015, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Agradeço a todos os professores do referido programa que trouxeram ideias e perspectivas para o desenvolvimento de pesquisas históricas com seriedade e rigor científico, a fim de dialogarmos com a sociedade.

Agradeço aos meus pais, Antônio e Herondina, e a minha irmã Fernanda, por serem a base da minha vida e pelo amor que dividem comigo desde que nasci.

Agradeço a todos os meus mestres que, desde a Graduação em História, incentivaram a prática da leitura crítica e contribuição à historiografia, especialmente aos professores Raimundo Nonato, Raimundo Arrais, Durval Muniz, Santiago Júnior, Wicliffe Costa, Almir Bueno, Denise Monteiro e Aurinete Barreto.

Agradeço ao Professor Marcos Luiz Bretas, da UFRJ, que foi membro externo da minha banca de defesa do mestrado, pelas contribuições e críticas importantes ao meu trabalho, sobretudo, para o desenvolvimento de pesquisas futuras. De igual modo, agradeço à Professora Tânia de Luca, da Unesp, pelas críticas à

perspectiva metodológica da pesquisa, quando fui seu aluno em um minicurso realizado na UFRN, em 2014.

Pela amizade sempre renovada, especialmente aos amigos Francisco Neto, Fabíola Barreto, Aldenise Lira e Marileide Matias.

Agradeço ao Professor Helder Viana, meu orientador do mestrado, pelas muitas contribuições e críticas a minha pesquisa. Pela paciência e pelo trabalho incansável na orientação, não só do texto dissertativo, mas também na adaptação de parte dele para ser publicado pela Editora da UFRN (EDUFRN).

Agradeço a todos os profissionais da EDUFRN pela aprovação, revisão, diagramação e publicação deste livro.

Prefácio

Há alguns anos, fui procurado por um estudante de Comunicação Social que estava fazendo uma pesquisa sobre a visão da comunidade acadêmica acerca da mídia contemporânea. A questão que me foi dirigida procurava saber qual o papel dessa mídia no processo democrático. Na época, confesso que dei uma resposta por demais incompleta, para não dizer ingênua. A mídia teria um papel fundamental na democracia, pois possibilitaria a amplificação das discussões políticas para além dos recintos fechados e localizados. Ela também permitiria a abertura para diferentes vozes políticas, estimulando, assim, o diálogo e o debate de ideias.

Acredito que dois pontos devem ser acrescentados as minhas observações passadas: o primeiro é que antes desse sentido mediador, a mídia contemporânea, e mais especificamente o jornalismo, há algum tempo, tem advogado o papel de um quarto poder. No lugar dessa atitude meramente moderadora, ela pretende influir na decisão política de forma mais ativa e orientada. Ela vem tendo um papel definidor na agenda pública, pautando aquilo que deve ser discutido, quando, por quem e porquê.

Por outro lado, essa mídia, notadamente os jornais, que antes eram instituições amadoras, seja na formação dos seus quadros,

mas, sobretudo no seu caráter econômico, transformaram-se em poderosas empresas, ao mesmo tempo em que convertiam notícia em mercadoria e assinantes e anunciantes em seus fiadores.

Maxwell McCombs, um dos formuladores da Teoria do Agendamento, que estuda a relação da mídia com a opinião pública, tem assinalado o papel, muitas vezes controverso, da mídia nas discussões sobre política e opinião pública. Citando comentaristas de jornais da África do Sul, Grã-Bretanha e Estados Unidos, ele apontou o peso dos chamados “homens de direita” nos principais jornais desses países na definição da agenda política de suas nações.

Não é preciso muito esforço para estabelecer relações com o caso brasileiro atual. Na última década, temos presenciado a clara tendência dos grandes jornais e revistas de pautar a agenda política nacional. Nesses últimos meses, um clima pós-eleitoral tem sido estampado nas primeiras páginas dos grandes jornais e nas capas das principais revistas do país. Mesmo depois de passadas as eleições presidenciais, a grande mídia tem se mobilizado para influir nos resultados eleitorais, sem esconder sua forte escolha política e partidária.

Pensar a mídia, e os jornais em particular, e sua relação com a política tornou-se uma questão fundamental para comunicólogos, cientistas políticos, sociólogos da comunicação de massa e historiadores da mídia, para limitar a alguns campos de estudo.

No caso da História, tem-se procurado compreender como os primeiros jornais tiveram papel importante na agitação política desde os séculos XVII, ou como nos séculos seguintes eles participaram da formação da “cultura literária” não só na Europa, nos

Estados Unidos, mas também no Brasil. Além disso, os estudos sobre o jornalismo da segunda metade do século XIX e início do século XX levantaram outras questões, como o papel dos jornais na difusão de um sensacionalismo popular, do entretenimento e do lazer modernos e de uma cultura do consumo.

Todavia, um dos interesses principais dos estudos tem sido perceber a forma como o Estado-nação tem se relacionado com os jornais e a notícia. Uma parte dessas pesquisas tem chamado atenção para o modo como regimes ditatoriais e totalitários se apropriaram da imprensa como meio de legitimação política. Muitas delas têm assinalado como os nascentes jornais de massa foram utilizados pelo Estado como instrumento de propaganda desses regimes. Já se tornaram bastante evidenciados os estudos a respeito do controle dos nazistas sobre a imprensa, o cinema e o rádio na Alemanha durante o regime de Adolf Hitler, ou no caso brasileiro, do papel dos órgãos de propaganda política durante o Estado Novo. Por outro lado, alguns estudos têm mostrado que nem mesmo em períodos democráticos a imprensa esteve livre da censura política e do controle ideológico.

O trabalho que vocês lerão a seguir, do historiador Arlan Eloi Leite, *O jornal Tribuna do Norte e o Golpe Militar de 1964: a publicidade da “subversão” potiguar*, nos ajuda a pensar a formação do nosso jornalismo contemporâneo no Rio Grande do Norte como um elemento central na comunicação de massa. A partir de meados do século XX, ao lado do nascente rádio, os jornais passaram a desempenhar um papel fundamental na formação da opinião pública local.

O estudo também nos instiga a pensar como esses meios de comunicação estavam ligados, no seu âmago, às antigas e às emergentes elites políticas locais, definindo um processo em que a conquista do poder passaria cada vez mais pela influência e até mesmo o controle de tais meios.

É nesse contexto que podemos compreender, no âmbito local, a criação do jornal *Tribuna do Norte* e as lideranças políticas dos irmãos Aluízio e Agnelo Alves. A *Tribuna do Norte* surge como um jornal-empresa, completamente voltado a fazer da comunicação de massa um negócio nunca visto antes. Em contrapartida, a trajetória dos irmãos Alves se mostra como uma experiência social nova ao unir a administração empresarial, o trabalho jornalístico e as carreiras políticas como algo indissociável e muitas vezes complementar. Esses novos agentes são frutos do nosso regime democrático instaurado com o fim do Estado Novo, um período marcado pelo retorno das eleições livres, pela ampliação do eleitorado e pela extensão de uma cultura urbana voltada para o consumo de notícias e de entretenimento.

Na sua investigação, Arlan Leite procurou perceber o comportamento do jornal e de suas lideranças no contexto da mudança de regime político com a instauração do Golpe Militar de 1964. Seu trabalho ajuda a compreender de que maneira o novo regime atingiu os órgãos de imprensa ao estabelecer perseguições ideológicas, cassações de jornalistas, controle sobre a notícia e até definição de suas agendas. O autor também esteve voltado para a percepção de como lideranças políticas estaduais e o jornal *Tribuna do Norte* procuraram se alinhar ao novo regime, seja por pura convicção ou por estratégia de sobrevivência política ou empresarial.

A questão principal levantada em seu estudo é como compreender a produção de sentido social construído pelo jornal durante os primeiros anos do Regime Militar. Nessa produção de sentido, a noção de “subversão” tornou-se central como um instrumento de crítica ao regime deposto e de legitimação do novo regime. Muito mais do que um simples estereótipo, tal noção tomou, naquele momento de repressão e de declínio das vozes políticas dissonantes, uma importante dimensão política e simbólica. Ela foi responsável não só por acentuar a conformação social e política ao novo regime, como também por inaugurar um traço cultural marcado pelo extremismo ideológico, pela ausência do diálogo político, pelo ensurdecimento intelectual e pelo conformismo.

Antes de ser uma história linear e fatalista, a abordagem apresentada por Arlan Leite procura dar conta da complexidade dos agentes sociais envolvidos, das clivagens políticas e intelectuais existentes entre trabalhadores e dirigentes do próprio jornal, conforme se expressam nas maneiras distintas de perceber “os subversivos”, ou nas suas relações com os órgãos de repressão. Mesmo tendo como foco o jornal, o autor busca, em toda pesquisa, considerar a ação dos agentes externos (boêmios, estudantes, políticos, sindicalistas) que lutam contra o regime e o papel deles na experiência do jornal, fazendo com que a história do jornalismo seja também uma história daqueles que lutaram contra o regime ditatorial, ou seja, uma história dos “subversivos”.

Helder Viana

Prof. do Depto. de História da UFRN

Sumário

Introdução	15
A Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964	29
A publicidade da “subversão” potiguar	61
O AI-5 e a censura pelas palavras impressas	85
Considerações finais	100
Referências	104

Introdução

Ao pesquisar a imprensa escrita norte-rio-grandense no Mestrado em História da UFRN, comecei a perguntar também sobre o papel que o jornal *Tribuna do Norte* teve no golpe militar de 1964 e, mais ainda, como o jornal se comportou durante o regime militar? As perguntas não são simples, porque na época do referido golpe militar, o dono do diário, Aluizio Alves, era também governador do Estado do Rio Grande do Norte. Depois, com o AI-5, ele teria seus direitos políticos cassados e ficaria dez anos fora da arena política. A relação entre o jornalismo e a política é muito mais complexa do que possa parecer.

Nas décadas de 1950 e 1960, quando a televisão era praticamente inexistente no Rio Grande do Norte, e a Internet nem existia, a comunicação de massa era feita exclusivamente por jornais e rádios. Esses dois veículos de comunicação, sobretudo o primeiro, eram importantes meios de formação da opinião pública no estado. Por intermédio deles é que a população natalense e também das principais cidades do Rio Grande do Norte tinham informação sobre os acontecimentos do mundo, do país e do próprio estado.

Além do mais, era por meio do jornal e do rádio que a população recebia elementos importantes para formar sua opinião não

somente sobre eleições, partidos e candidatos, mas também a respeito de questões sociais sobre criminalidade e subversão. Quem eram os criminosos, como identificá-los, onde encontrá-los? Essa foi uma preocupação tratada neste livro. Porém, um tipo de criminalidade do período pós-64 me chamou atenção, aquela que podia ser identificada pela noção de “subversão”. Nesse cenário, surgia o criminoso político, isto é, o sujeito que teria ideias e práticas consideradas perigosas à ordem constituída.

Assim, podemos tratar os jornais inscritos num quadro mais amplo de formação da “esfera pública”. Por “esfera pública” entende-se, nesta obra, aquilo que o sociólogo Jürgen Habermas definiu como o público que pode ler e expressar uma opinião sobre ideias de interesse geral e, nesse caso, a imprensa torna-se um elemento importante de intervenção nessa esfera, a qual implica uma publicidade. Em estudo sobre o papel da imprensa nas transformações da “esfera pública” forjada na “sociedade burguesa”, Habermas (2003, p. 35) observou a importância dos impressos como elemento útil à administração quando o Estado precisou publicar seus decretos e portarias, tornando-os “autenticamente um ‘público’”. Apesar da atuação dos jornais políticos, a grande imprensa se alicerçou nas práticas comerciais, permitindo a participação de “amplas camadas na esfera pública”. A imprensa, assim, propiciou às massas o acesso à esfera pública de um modo geral (HABERMAS, 2003, p. 200). A ideia do autor é a de que a imprensa foi se tornando um instrumento eficaz de intervenção e ampliação da esfera pública, a qual se estabeleceu de forma ativamente política.

Nesse sentido, as empresas jornalísticas se desenvolveram a partir da politização desse público. A imprensa, articulando-se com o público, tornou-se uma “espécie de mediador e potenciador”, deixando de ser um simples órgão de transporte de informações, apesar de que o seu papel de instrumento da cultura consumista consolidou-se posteriormente (HABERMAS, 2003, p. 216). Os jornais estendiam as discussões do público e, na interação com ele, potencializaram, politicamente, a esfera pública nessa sociedade. Quanto ao desenvolvimento da imprensa como uma empresa comercial, Habermas (2003, p. 218), ressalta:

Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública.

No contexto do século XX, os veículos de comunicação foram ampliados com avanços técnicos e concentração econômica. Assim, ao lado dos jornais impressos estiveram o rádio, o cinema falado e a televisão – os “novos mídias” (HABERMAS, 2003, p. 219). Esses meios de comunicação de massa contribuíram significativamente para expandir a esfera pública. Isso fez com que surgisse a publicidade comercial, na qual “pessoas privadas passam imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público” (HABERMAS, 2003, p. 221). Por conseguinte, a publicidade comercial foi ampliada com o fenômeno do capitalismo avançado. Além disso, as representações publicitárias nos jornais,

desde o começo, estiveram articuladas aos interesses políticos. Desse modo, a propaganda publicitária foi se amalgamando com as lutas dos partidos políticos.

No que tange à publicidade, Habermas (2003, p. 210) considerou que ela “serve à manipulação do público na mesma medida que à legitimação ante ele”. Desse modo, a publicidade surgiu como uma prática ligada aos interesses comerciais de propaganda e, na interação crescente com o público, foi construindo seus interesses políticos. Quanto a essa relação complexa entre interesses comerciais e políticos, podemos pensar a publicidade como um instrumento de controle da imprensa sobre determinados grupos sociais no espaço público da cidade. Particularmente, publicar as ações criminosas de sujeitos marginalizados vai além da mera denúncia social dos seus atos aviltantes. É, sobretudo, uma posição política do jornal e um exercício de controle sobre esses indivíduos divergentes.

Outros autores, como o sociólogo John Thompson, procurou problematizar ainda mais a articulação da mídia em relação à esfera pública. Thompson (2013) problematiza a imprensa como um poder articulado a investimentos técnicos e simbólicos, bem como criador de um espaço social que engendra novas formas da vida pública. Desse modo, a mídia está inserida no chamado quarto poder, que é cultural e simbólico, o qual permite a “atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (THOMPSON, 2013, p. 42). Para tanto, a reprodutibilidade de “formas simbólicas” permanece na base de exploração dos meios de comunicação. Nesse caso, “as formas simbólicas podem ser

‘mercantilizadas’, isto é, transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado” (THOMPSON, 2013, p. 46).

Esse autor questiona ainda o conceito de “comunicação de massa”. O termo “massa” implica uma vasta imagem de milhares de pessoas. Isso pode até se contemporizar com muitos produtos de uma grande mídia, porém, quando se trata das fases iniciais do desenvolvimento da imprensa escrita de jornais, alguns desses periódicos tiveram apenas uma audiência relativamente limitada e especializada. Sendo assim, a “comunicação de massa” pode se referir à “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico” (THOMPSON, 2013, p. 53).

A esse respeito, há um estudo da espacialidade da mídia na teoria social, o qual mostra que a imprensa nasceu na construção dos Estados-nação e no desenvolvimento do capitalismo. Desde a invenção das prensas a vapor, em 1814, passando pelas prensas rotativas em 1848, até as técnicas mais avançadas com o uso da eletricidade, observa-se uma transformação não só das técnicas de tipos e impressões como também da valorização econômica e da ampliação das formas simbólicas de produção e transmissão desses conteúdos (THOMPSON, 2013). Desse modo, novos espaços sociais surgiram com a presença transformadora da imprensa na sociedade.

Para explicar o período que antecede o desenvolvimento da mídia, Thompson (2013, p. 167) apresenta o conceito de “publicidade tradicional de copresença”, que era justamente quando indivíduos ou acontecimentos estavam ligados ao compartilhamento de um lugar

comum. Por exemplo, a execução de réus na Europa Medieval reunia uma pluralidade de sujeitos presentes fisicamente àquela ocorrência numa praça pública. Já com o aparecimento e a transformação da mídia, “a publicidade de indivíduos, ações e eventos, não está mais limitada à partilha de um lugar comum” (THOMPSON, 2013, p. 168); agora, ações e eventos podem vir a público pela gravação e transmissão que não exigem a presença física daqueles que estão distantes no tempo e no espaço da ocorrência.

Sobre o público leitor, Thompson (2013) afirma que ele não pode ser uma comunidade como um grupo de indivíduos que interagem entre si face a face. Na verdade, é um público sem lugar, definido não pela possibilidade de interação entre sujeitos, mas pelo fato de que seus componentes têm acesso a uma forma de publicidade que se tornou viável pela prática da palavra impressa. Apesar disso, alguns integrantes do público leitor puderam interagir uns com os outros em lugares comuns, mas essas práticas, que eram limitadas, não se lançaram na caracterização particular da imprensa escrita no início da Europa moderna.

Nesse cenário, a imprensa construiu um novo tipo de publicidade, que é o espaço do visível. Nele, “as formas simbólicas mediadas podem ser produzidas e recebidas por uma pluralidade de outros não presentes” (THOMPSON, 2013, p. 308). A “publicidade mediada” é concebida como um espaço não localizado porque ela não está atrelada a locais espaciais ou temporais particulares. As formas simbólicas circulam para além dos contextos de sua produção e também subtraem o fenômeno da publicidade do local comum

compartilhado. A “publicidade mediada” é, nesse caso, um espaço aberto, já que ela é criativa e incontrollável, visto que novas expressões, palavras e imagens podem aparecer de repente e informações anteriormente ocultadas podem ser reveladas na dinâmica dessa visibilidade (THOMPSON, 2013, p. 309).

Na categoria da “esfera pública”, discussão retomada de Habermas (2003), a qual Thompson (2013) problematiza e relaciona com a transformação da imprensa no mundo ocidental de produção capitalista, observa-se que Habermas aponta o surgimento dos periódicos como um dos elementos importantes na formação da “esfera pública burguesa” (HABERMAS, 2003 apud THOMPSON, 2013, p. 104). Entretanto, Thompson (2013) realiza uma crítica a essa limitação de que a esfera pública, articulada à imprensa, esteve atrelada somente aos grupos da burguesia. Desse modo, Habermas terminou negligenciando a participação de “outras formas de discurso e atividades públicas que existiram nos séculos XVII, XVIII e XIX na Europa” (THOMPSON, 2013, p. 105).

A importância da obra de Habermas (2003), segundo a visão de Thompson (2013), é o fato de aquele autor ter despertado interesse pelo estudo das grandes transformações sofridas pelas indústrias da mídia ao longo dos séculos XIX e XX. E, nessas mudanças históricas, as noções sobre público e privado passaram por rupturas e continuidades. Assim, surgiram públicos sem lugares por meio do aparecimento da publicidade mediada (THOMPSON, 2013). A ideia é a de que sujeitos, ações e eventos, agora com a mediação da imprensa, não necessitavam ser literalmente presenciados por

outros indivíduos para se tornarem públicos. O público se tornou complexo, deslocado, sem lugares fixos e em processo de transformação. No entanto, já existiam outras práticas de comunicação no espaço público. A oralidade, por exemplo, permitia a circulação de informações sobre acontecimentos políticos, culturais, ocorrência de crimes etc. Mas, a imprensa, por meio da palavra impressa, potencializou esse espaço público.

É importante considerar que antes de ser uma atividade desinteressada, o jornalismo está sujeito à produção de estereótipos e de estigmas. Ao dar voz a alguns e silenciar outros, a prática jornalística envereda pela segregação não só de indivíduos e grupos sociais, mas também de espaços. Nesse sentido, os estudos realizados pelo sociólogo Erving Goffman (1996) trouxeram discussões sobre a interação social no cotidiano, mormente em lugares públicos. Dessa forma, Goffman observou o mundo como um teatro e cada sujeito, individualmente ou em grupo, protagoniza ou é ator coadjuvante às circunstâncias em que se encontra, as quais são marcadas por rituais e posições distintivas relativamente a outros indivíduos ou grupos. Abordou o alinhamento grupal e a identidade pessoal, o eu e o outro, o controle da informação, os desvios e o comportamento desviante e os estigmas sociais. Ademais, o autor problematizou a situação dos internos (presos, doentes mentais, militares etc.) em “instituições totais”, as quais são espaços onde os sujeitos levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Em outra pesquisa, o referido sociólogo discutiu o estigma como uma prática que diferencia, exclui ou deprecia o outro quando

ele possui características e/ou comportamentos não previstos socialmente. Assim, “a estigmatização daqueles que têm maus antecedentes morais pode, nitidamente, funcionar como um meio de controle social formal” (GOFFMAN, 1988, p. 149). Esses estudos no campo da teoria social nos ajudam a perceber como determinados estereótipos são concebidos e atualizados historicamente. Os criminosos, por exemplo, são dos grupos mais centrais na imposição de estigmas por parte da sociedade contemporânea. O referido conceito de estigma nos ajuda a compreender as práticas segregadoras e até criminalizadoras do jornal na publicidade dos criminosos.

O jornal *Tribuna do Norte* surgiu no contexto democrático, pós-Segunda Guerra Mundial, e ligado ao grupo de Aluizio Alves, o qual vinha construindo uma carreira política no Rio Grande do Norte desde 1942. Consistia em um periódico matutino forjado nas articulações políticas, cujo modelo inspirador fora o jornal *Tribuna da Imprensa*, pertencente a Carlos Lacerda, o líder nacional da União Democrática Nacional (UDN).

O nome *Tribuna do Norte* teve influência do título do jornal de Lacerda. Contudo, o periódico potiguar criou a sua própria marca e atuação, embora não tenha se distanciado muito dos passos daquela folha carioca. O logotipo da *Tribuna do Norte*, quando de sua fundação, era um horizonte, alusão ao Norte, emanando raios em forma de círculo fulgurante. Já tribuna, significa um lugar elevado de onde discursam os oradores e autoridades. O logotipo do horizonte sinalizava também a ideia de inserir “novas práticas” políticas no espaço público por meio da palavra impressa, mesmo

que essas “novas práticas” contemporizassem com as antigas figuras partidárias do estado.

Desse modo, um dos primeiros interesses da *Tribuna do Norte* foi construir um espaço de propaganda da campanha presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN em 1950. Ao mesmo tempo, o impresso publicava uma inflamada campanha contra o candidato Getúlio Vargas. Nesse primeiro momento, a folha de Aluizio começava a operar como um instrumento político de defesa das suas ideias e como uma trincheira ideológica de um grupo que pretendia propor novas práticas diante das velhas oligarquias potiguaras. O populismo aluizista estava em ascensão e transformação, articulando-se com esse novo veículo de comunicação no Estado.

Nessa direção, a *Tribuna do Norte* demonstrou, ainda no seu primeiro ano de criação, a consecução de vários interesses além da acentuada linha política, já que seu fundador era o então deputado federal Aluizio Alves. Desse modo, um projeto de propaganda e publicidade, mormente comerciais, foi aos poucos sendo desenvolvido ao lado das práticas políticas impressas, nas quais se situavam interesses mercadológicos difusos. A *Tribuna do Norte* nascia, assim, com uma visão de que a notícia, entre outras produções, deveria ser consumida. Para tanto, precisava demarcar um público com o qual deveria interagir e conquistar progressivamente. Nessa interação complexa, permanecia a ideia de que o jornal servia de orientação política para o leitor e também para os não leitores.

A esse respeito, várias estratégias, que já ganhavam sentido na prática populista de Alves, foram implementadas pela *Tribuna* quando o leitor era selecionado como um interlocutor importante na construção do jornalismo, que buscava percorrer não só os bastidores e púlpitos da política partidária, além das relações comerciais com grupos de empresários, mas também a publicidade da notícia advinda das ruas, dos bairros e da cidade em transformação e problemática. A *Tribuna do Norte* erguia-se como uma folha laica e como instrumento propagandístico do grupo Alves, assim como um jornal-empresa de forte apelo consumista.

O impresso de Aluizio tentava enveredar pelos modelos liberais dos jornais norte-americanos, no entanto, mesmo com a introdução de novas práticas jornalísticas, sobretudo mercadológicas, na imprensa escrita norte-rio-grandense, não deixava de contemporizar com alguns modelos históricos adotados há muito por outros periódicos veteranos, a exemplo de *A Ordem* e *A República*. Com essas folhas, a *Tribuna* ainda se articulava em práticas de defesa político-ideológicas e defendia visões e setores conservadores da sociedade.

Isso posto, objetivamos analisar o processo da publicidade do crime político da “subversão” no contexto do golpe militar de 1964, considerando o jornal *Tribuna do Norte* como um dos principais vetores dessa produção na esfera pública do Rio Grande do Norte. Para tanto, queremos discutir quem eram os sujeitos e as ideias políticas que circulavam no jornalismo dessa folha no contexto do golpe de Estado. Com isso, pode ser possível problematizar a

publicidade do crime da “subversão”, bem como os desdobramentos do AI-5 pelas palavras impressas da *Tribuna*. A imprensa periódica, em nosso estudo, o jornal escrito, “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2008, p. 139).

Desse modo, lançamos as perguntas a seguir. Como a *Tribuna do Norte* reconstruiu seu modelo jornalístico e se articulou com as demandas políticas no fragor do golpe militar de 1964? De que maneira esse jornal potiguar se apropriou e deu publicidade ao crime político no espaço público notadamente em Natal? E, no contexto do AI-5, como aquele impresso agiu com as mudanças na publicidade das práticas repressoras? A folha de Aluízio sobreviveu ao golpe militar e, por conseguinte, reformulou seu jornalismo. Destarte, o nosso estudo problematiza justamente esse alinhamento do impresso com o regime militar, sobretudo, na publicidade do crime político e das práticas repressoras advindas com o AI-5.

No que diz respeito às fontes, são classificadas como periódicos que, produzidos em determinado tempo e espaço, podem manipular interesses, intervir na vida social e apresentar posições ideológicas dentro do contexto social no qual estão inseridos. O objetivo é verificarmos não simplesmente o que eles dizem, mas também como dizem sobre determinado espaço praticado. Na crítica interna dos periódicos, devemos analisar para quem escrevem e por que escrevem, identificando o seu público-alvo, bem como perceber a estética, as condições técnicas, os editores e os seus proprietários e como eles se relacionam com o poder e suas instituições. Já na

crítica externa, precisamos observar o contexto histórico no qual os periódicos estão inseridos, compreendendo as relações deles com as motivações e interesses para os produzirem (LUCA, 2008).

O *corpus* de análise foi composto de formatação, logotipo, seções, editoriais, notas, manchetes, notícias, reportagens, propagandas comerciais e outras, bem como de textos imagéticos. Assim, trata-se de um estudo empírico, de ordem documental e de base qualitativa, com abordagem descritiva e interpretativista. Realizamos uma leitura qualitativa desde as condições técnicas até os conteúdos do impresso. Como nossa pesquisa fez uma análise qualitativa, isso não comprometeu o andamento e o desfecho deste estudo. Por isso, verificamos todos os meses e quase todas as edições que estavam disponíveis. Portanto, comparamos, confrontamos, aproximamos e diferenciamos publicações pertinentes ao problema aqui levantado. Buscamos as continuidades e rupturas na temporalidade histórica quando nos apropriamos dos conteúdos técnicos, imagéticos e textuais da *Tribuna do Norte*. No entanto, não tivemos a pretensão de esgotar o campo profuso de muitas outras questões a serem ainda exploradas nessa folha de Aluizio Alves.

Além desta introdução, no segundo capítulo, *A Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964*, iremos discutir as publicações referentes ao contexto do golpe de estado brasileiro e o posicionamento político do jornal de Aluizio e seu alinhamento contraditório. No terceiro capítulo, *A publicidade da “subversão” potiguar*, abordaremos os crimes políticos e o “Inquérito da “Subversão” nas páginas do impresso. No quarto capítulo, *O AI-5 e a censura pelas palavras*

impresas, intencionamos interpretar as mudanças operadas no jornalismo no que tange às publicações sobre a repressão advinda com o Ato Institucional nº 5. E no quinto e último capítulo, traremos as considerações finais.

Este estudo é parte da minha dissertação de mestrado intitulada *O jornal Tribuna do Norte e a publicidade do crime na esfera pública (1950-1970)*. A defesa ocorreu em 19 de agosto de 2015 e a banca de professores considerou o trabalho aprovado com a nota máxima.

A motivação de publicar parte da dissertação é trazer um estudo inovador na historiografia, sobretudo, norte-rio-grandense. Há uma necessidade de historicizar a publicidade empreendida pelo periódico *Tribuna do Norte* sobre os crimes políticos a partir de 1964. Para tanto, buscamos colaborar com os estudos históricos sobre o golpe militar brasileiro no que tange ao papel de setores da imprensa escrita e, ao mesmo tempo, propor a ampliação desse debate, principalmente, a pesquisadores do tema. Sendo assim, pretendemos dialogar com estudantes de graduação, pós-graduação, professores e pesquisadores de diferentes áreas que estudam essa temática.

A Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964

Diferentemente da *Tribuna da Imprensa*, que realizou oposição ao governo do presidente Jânio Quadros e foi contra a posse de João Goulart em 1961, inclusive publicando previsões alarmistas (MARTINS; LUCA, 2006), a *Tribuna do Norte*, na linha política de Aluísio, seguiu apoiando o governo de Jango, praticamente até o momento de ser destituído pelo golpe militar em 1964. Os principais jornais do Brasil, que atuavam como porta-vozes de partidos ou correntes políticas, passaram, deliberadamente, a apoiar a supressão da democracia e da liberdade de expressão quando, nesse contexto da Guerra Fria, o comunismo voltou a ser mobilizado como “doutrina exógena e contrária aos princípios cristãos do povo brasileiro”, ou seja, como um grande “inimigo da nação” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 96). Mas como atuou a *Tribuna do Norte*?

Durante a administração estadual de Aluísio, o jornal serviu de veículo propagandístico de suas obras e atuação político-populista. Em uma matéria, na qual foi narrado que Aluísio havia entregado máquinas de costura para mulheres do bairro de Lagoa Seca, o impresso publicou: “Dando trabalho a costureiras pobres,

Aluizio implanta o socialismo cristão” (DANDO TRABALHO..., 6 jul. 1962, p. 5). Nessa narrativa, Lagoa Seca foi sentenciada como um “bairro dos mais pobres da cidade” e as costureiras como mulheres “humildes” que, doravante, podiam ganhar dinheiro e ajudar nas despesas domésticas. O título da notícia procurava justificar as políticas de assistencialismo de Aluizio, as quais eram “cristãs”, livrando-as da acusação de que podiam ser práticas do socialismo marxista. Isso, por outro lado, não deixava de ser uma estratégia de Alves a fim de construir as bases políticas da sucessão do seu governo (TRINDADE, 2004).

Meses antes do golpe militar, Aluizio continuava dando expansão às suas mobilizações sociais, nas ruas, como sustentação do seu governo. Em *O povo nas ruas defendendo o que é do povo* (O POVO..., 2 jul. 1963, p. 6), Aluizio convocava a população para uma “grande concentração popular” com a qual estaria presente para “redefender” o futuro do estado. Assegurava que era uma oportunidade de se livrarem do “subdesenvolvimento” e que esse movimento era a favor do Rio Grande do Norte. O “povo” era recortado como um sujeito social e que só adquiria sentido nos anseios “populares”, ou seja, entre os pobres, como aquelas costureiras de um dos “bairros mais pobres” de Natal.

Segundo Melo (1981, p. 104), Aluizio, por meio do seu discurso de posse no governo do Rio Grande do Norte, via o Estado na função de trazer benesses ao povo e, também, “disciplinar as relações sociais” nele existentes. O povo foi concebido como uma “entidade” que necessitava de Alves para “ter seu caminho iluminado”. Dessarte,

esse povo não era “sujeito de sua própria transformação”, pelo contrário, só adquiria essa condição no momento em que delegava a Aluizio, por meio do voto, os encargos do governo. Ademais, esta pesquisa conseguiu traçar diferentes instantes do discurso populista de Alves. Se em 1958 ele percebia o “povo como instrumento de ameaça contra as classes dominantes que o hostilizavam”, na posição de governador, em 1960, o político angicano “assumiu um tom conciliador” e, não obstante, uma “postura francamente antipopular como governador “às vésperas do golpe de 1964” (MELO, 1981, p. 104). Contudo, pelas evidências do jornalismo da *Tribuna*, Aluizio não pretendia o golpe militar meses antes da consumação dele nem horas antes de Jango ser deposto. Será que a trajetória política de Alves, no final dos anos 1950, pode lançar luz sobre essa questão?

Em 1958, Alves foi eleito mais uma vez deputado federal e, ao lado de Dinarte Mariz, passaram a disputar a hegemonia dentro da UDN local. O jovem político angicano precisava do apoio daquele partido a fim de disputar a campanha eleitoral para governador do estado em 1960. Entretanto, Dinarte começou a se mobilizar para que Alves não tivesse essa pretendida aprovação (TRINDADE, 2004, p. 114). E esse também foi o último ano de Aluizio como redator chefe da *Tribuna da Imprensa* no Rio de Janeiro. Por conseguinte, a partir desse período, a linha editorial da *Tribuna do Norte* foi se afastando cada vez mais da linha daquele impresso carioca, que servia, assim, como porta-voz da UDN nacional. Em 1960, sem o apoio da UDN, Aluizio “continuou buscando apoios junto a outros partidos”. Nessa disputa, o “PTB, o PDC, o PTN, o PSB e o PRP

também lhe deram apoio, formando uma coligação partidária batizada com o nome de Cruzada da Esperança” (TRINDADE, 2004, p. 126).

Alves cooptou o apoio de comunistas, esquerdistas e até de integralistas. Djalma Maranhão, por exemplo, apesar de ter posição política bem diferente de Aluizio, aceitou ficar ao lado dele no pleito de 1960. Nessa eleição, Maranhão era da Frente Parlamentar Nacionalista, ou seja, do grupo de esquerda, enquanto Alves era um “udenista ortodoxo”. No entanto, passada a eleição, logo ficou evidente a incompatibilidade política entre Alves e Maranhão, principalmente quando o primeiro se alinhou ao capital externo por meio do programa norte-americano Aliança para o Progresso. Com isso, o jovem angicano implementou sua liderança política em práticas contraditórias. Ele conseguia manter polos opostos juntos numa mesma campanha eleitoral, que defendia a construção de algo novo com estruturas, porém, conservadoras. E essa coligação foi, apesar disso, vencedora (TRINDADE, 2004).

Depois de eleito governador, Aluizio descartou o apoio de nacionalistas e esquerdistas, o qual havia recebido na campanha de 1960. Tentou posteriormente retornar à UDN, o que não foi fácil, mesmo contando com o apoio das duas principais lideranças nacionais, quais sejam, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. Nessa direção, Dinarte Mariz engendrava forte oposição por meio do diretório udenista local. Contudo, “Aluizio Alves rompeu com os grupos esquerdistas locais, mas não se afastou do governo federal, capitaneado à época pelo presidente João Goulart” (TRINDADE,

2004, p. 220). Alves, apesar de toda a conjuntura desfavorável, manteve-se “fiel a Jango, como prova a visita do presidente ao Rio Grande do Norte em 1963”. Nessa visita presidencial, “o governador Aluízio conseguiu recursos do governo federal, que iriam se somar aos da Aliança para o Progresso”. Por sua vez, o governador potiguar seguia apoiando os projetos de Goulart na presidência, a exemplo das reformas de base (TRINDADE, 2004, p. 220).

A cautela de Aluízio diante do golpe militar pode ser compreendida pelo contexto do seu apoio político, anteriormente, ao presidente Jango. Fato esse materializado pela linha editorial da *Tribuna do Norte*, a qual, diferentemente da *Tribuna da Imprensa*, só publicou a adesão ao golpe quando este já era vitorioso sobre o governo Goulart. A ruptura entre a linha editorial da *Tribuna do Norte* com a desse jornal carioca se consolidou no momento da crise política, que levou à implantação da ditadura militar no Brasil em 1964. Enquanto a *Tribuna do Norte* procurou seguir uma linha editorial sem realizar oposição manifesta e direta ao regime, sobretudo no contexto do endurecimento da repressão, a *Tribuna da Imprensa*, sob a direção de Hélio Fernandes, sofreu a censura prévia, em 1968, em virtude de ter mudado de opinião no que tange aos rumos do governo militar. Se antes esse jornal carioca apoiou antecipada e deliberadamente a ruptura democrática do país, posteriormente passou, porém, a ser um impresso de oposição clara aos militares (BARBOSA, 2007).

Em 1º de abril de 1964, a *Tribuna do Norte* trazia a seguinte manchete de primeira página: “As três Armas de prontidão: Ministro

da Guerra garante legalidade e exonera generais que se rebelaram”. Nos intertítulos, o jornal também publicava “Amaury Krueel aderiu à rebelião e marcha contra a Guanabara”, e sobre a situação das forças militares em Natal, destacava: “Em Natal: Forças Armadas de prontidão aguardam melhores notícias” (ALVES, 1º abr. 1964, p. 1). Com relação ao prefeito, a *Tribuna* não deixou de alertar: “Djalma Maranhão solidário com Jango” (DJALMA..., 1 abr. 1964, p. 8). Por essas matérias, algumas de primeira página, as quais receberam muita importância na edição, o jornal, assim como Aluízio, mantinha uma postura de cautela. Isso corrobora a posição de Alves meses antes, quando continuava apoiando o governo de Jango. Ao contrário de outros grandes jornais que, nesse mesmo dia, já declaravam abertamente a conspiração ao presidente Goulart, a *Tribuna* demonstrou esperar, pois a sua equipe de jornalistas, liderada por Aluízio, não pretendia o golpe. Pelo menos eles não deixaram transparecer qualquer anseio na documentação pesquisada. Nessa direção, o jornal *Correio da Manhã*, por exemplo, em 1º de abril de 1964, publicava o editorial *Fora!*, como postura clara à deposição de Jango (MARTINS; LUCA, 2006, p. 100).

Nesse sentido, Aluízio, na condição de incerteza quanto aos rumos da situação nacional que era grave, apesar do impresso apontar logo, antes de qualquer resultado, o apoio o qual o prefeito Djalma Maranhão dava a Jango, escreveu uma nota na madrugada daquele dia 1º de abril:

Ao Povo. O Governador do Estado está acompanhando, pelos meios a seu alcance, os acontecimentos que se desenrolam no país, a partir da crise que tão profundamente atingiu a disciplina

da Marinha, e, ontem, a Guarnição do Exército de Minas Gerais. Pede ao povo que se conserve calmo, evitando atos ou manifestações que aprofundem as divisões nesta hora em que todos os esforços devem ser feitos para a restauração da paz e preservação da Democracia. [...] (ALVES, 1 abr. 1964, p. 1).

O texto, que evoca mais uma vez o “povo” e pede que se mantenha calmo a fim de somar esforços em favor da “preservação da democracia”, demonstra uma incerteza e uma expectativa. Se Aluízio não pretendia o golpe militar, contudo, sua postura de cautela, sem se deixar comprometer com posições apressadas, porque o próprio jornal já tinha dado publicidade à solidariedade do prefeito Maranhão a Goulart, redigiu uma mensagem que poderia lhe manter em situação confortável, tanto na possível vitória de Jango sobre as forças golpistas quanto na conquista do poder por essas mesmas forças, que incluíam militares e grupos civis. Nesse caso, a jogada política de Aluízio deu certo. Essa mensagem ao “povo” foi refeita e seu posicionamento político em favor da “democracia” foi, entretanto, (re)elaborado. Eis a transformação da mensagem do governador Aluízio:

Ao Povo do Rio Grande do Norte. O Governador do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e objetivos do movimento ontem deflagrado sob a liderança do Governador Magalhães Pinto, quer manifestar o seu apoio aos ideais dessa posição que visa à autêntica legalidade democrática, realmente ameaçada por atitudes-fatos que não eram ainda do conhecimento público. Lamenta que o Presidente João Goulart, a quem conhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte, no plano do seu desenvolvimento econômico-social, além de uma luta áspera por modificar estruturas que precisam ser urgente e profundamente reformadas para atender aos anseios do progresso nacional, não

tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país a um impasse intolável, que só pôde ser solucionado com o respeito às tradições das Forças Armadas, [...]. O Governador do Estado pede ao povo que fique tranquilo [...] para resguardar os melhores interesses do Rio Grande do Norte e da Democracia. Palácio da Esperança, Natal, 1º de abril de 1964. ALUIZIO ALVES – Governador (ALVES, 3 abr. 1964, p. 1).

Ainda nesse mesmo dia, novamente, Aluízio republicou sua mensagem, mas agora apoiando o movimento golpista contra Jango em favor da “autêntica legalidade democrática”. A democracia, então, passava a ter outra concepção e prática. Significava destituir um governo eleito democraticamente para combater “a radicalização de posições ideológicas e políticas”, que estavam sendo representadas pelo comunismo internacional. Aluízio deixava entender que não sabia da gravidade da situação nacional e que, ao ser informado de todos os pormenores pelo governador de Minas Gerais, passou, assim, a aderir ao movimento. No entanto, Aluízio não se referiu ao presidente Jango como um dos pretensos articuladores de “golpe comunista” no Brasil. Em sua mensagem palaciana, ele lamentou que o chefe da nação tivesse perdido o controle do país e, ao mesmo tempo, reconhecia o apoio político dessa autoridade, já destituída do cargo, ao seu governo no Rio Grande do Norte. Mais uma vez, não podemos afirmar que Aluízio estava abertamente, assim como fizeram outros políticos e jornais pelo Brasil, conspirando de há muito pela deposição de Goulart.

A posição do governador Aluízio, exposta na *Tribuna do Norte*, sobre a deflagração do golpe de Estado, parece se diferenciar, significativamente, daquela apresentada pelo antigo jornal mentor,

a *Tribuna da Imprensa*. Em 31 de março de 1964, esse impresso carioca registrou o discurso de João Goulart na Associação dos Subtenentes e Sargentos, e pelo fato de o presidente enfatizar as reformas de base, o jornal posicionou o chefe da nação como um aliado da “sedição” e da “subversão” (BARBOSA, 2007, p. 183). Já no dia 2 de abril de 1964, a *Tribuna da Imprensa* referiu-se ao presidente Goulart como o “infame líder dos comuno-carreirista-negocistas-sindicalistas”. Além de completar com as acusações de ser ele “um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou” e também “um dos grandes covardes” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964 apud BARBOSA, 2007, p. 184). Provavelmente, Aluizio tomava conhecimento desses fatos contra Jango, os quais já vinham sendo publicados abertamente pelos jornais de grande circulação no Brasil, ainda mais em se tratando da *Tribuna da Imprensa*, onde Alves foi redator-chefe por muitos anos.

Freire (2003) afirmou que o nome de Aluizio Alves esteve ligado ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), órgão que, ao lado do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), promoveu ações e articulações que terminaram com a deposição do presidente Goulart. E, para esse autor, Aluizio teria conhecimento antecipado dessas articulações que levaram ao estabelecimento de uma ditadura militar no Brasil. É possível que o governador do Estado do Rio Grande do Norte tivesse, realmente, ciência das tramas entre os grupos civis e militares para o golpe o qual se pretendia salvaguardar a “democracia” brasileira. Todavia, Aluizio manteve-se numa jogada política na qual a cautela e a expectativa

foram uma prática que lhe proporcionaria uma situação confortável em qualquer desfecho do movimento. De fato, a *Tribuna do Norte*, meses antes do golpe e horas antes da deposição de Goulart, não publicou editoriais ou qualquer notícia em favor, antecipadamente, do golpe de Estado. Outra prova disso é que na mensagem de Aluízio, já nas primeiras horas do governo ditatorial, o presidente Jango não sofreu acusações contundentes nem foi colocado ao lado da “subversão”.

Na época, Aluízio esteve alinhado ao governo do presidente João Goulart, que inclusive visitou o Rio Grande do Norte. Quanto às políticas assistencialistas e voltadas, principalmente, para os grupos populares, faziam com que Alves tivesse uma aproximação com as reformas sociais pretendidas por Goulart. Não é à toa que Aluízio, na mensagem na qual declarou sua adesão ao golpe militar, reconheceu também o significativo apoio dado por Jango ao estado do RN. “Presidente Goulart em São Bernardo do Campo: Brasil só terá paz quando todas as reformas forem aprovadas” (PRESIDENTE..., 22 ago. 1963, p. 1). Nessa manchete de primeira página, a *Tribuna* enaltecia as palavras de Goulart; já Aluízio permanecia engajado com esses projetos sociais. Ademais, Alves manteve um alinhamento ao capital internacional e, por conseguinte, recebeu em seu governo investimentos oriundos do programa *Aliança para o Progresso*¹.

1 Sobre a *Aliança para o Progresso* e o governo Aluízio Alves, conferir: PEREIRA, H. A. A. R. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a aliança para o progresso no Brasil (1961-1966)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, São Paulo, 2005.

Esse programa de investimento financeiro no Brasil foi uma assistência norte-americana que, em 1966, ultrapassou 300 milhões de dólares. Esses valores eram viabilizados pela Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Um ano antes, em 1965, esses valores alcançaram 305 milhões de dólares (A ASSISTÊNCIA..., 21 fev. 1967, p. 6). Uma das obras do governo de Aluísio a qual recebeu investimentos dessa *Aliança*, segundo o jornal, foi a construção do conjunto habitacional *Cidade da Esperança*. Em “*Cidade da Esperança* marcará início de uma nova era para os humildes”, a *Tribuna* publicava que esse conjunto teve suas obras iniciadas em 1964, com a construção das primeiras 570 casas, recebendo um investimento financeiro de “400 milhões da Aliança para o Progresso e uma complementação de recursos por parte do Estado da ordem de Cr\$ 800 milhões” (CIDADE..., 4 jan. 1966, p. 6). Nessa perspectiva, Aluísio agregava política populista com a penetração do capital internacional nas transformações do espaço urbano e assistência às “classes” trabalhadoras e aos “humildes” (termos empregados pela própria *Tribuna* em sua prática jornalística).

Em 1960, por meio de uma aliança política, Aluísio Alves e Djalma Maranhão foram eleitos, respectivamente, governador do Estado e prefeito do município de Natal. Maranhão adotou uma administração “democrata popular de esquerda, integrada com as lideranças comunitárias”, enquanto Alves, possuindo “prestígio e força popular” importantes, administrava o estado apoiando-se também “nos recursos financeiros oriundos do programa americano

para a América Latina, ‘Aliança para o Progresso’” (GALVÃO, 2004, p. 28). Mas, por divergências políticas, esse alinhamento entre o governo do estado e a prefeitura de Natal foi, aos poucos, rompido. E, na deflagração do golpe militar, segundo Galvão (2004, p. 36), a nota emitida pelo prefeito Maranhão, transformando a prefeitura em “quartel-general da legalidade e da resistência”², foi publicada pelo jornal *Diário de Natal*, em 1º de abril de 1964. Entretanto, a *Tribuna do Norte*, comprometida com o governo de Aluízio Alves, não noticiou a mensagem do prefeito. O referido impresso apenas, nos intertítulos da última página daquele mesmo dia, informou que o prefeito Djalma Maranhão era solidário ao presidente Jango.

Com o fim da indecisão e da expectativa tanto do governador Aluízio quanto da *Tribuna do Norte* em relação à adesão ao golpe militar, ambos, governo e jornal, passaram a construir os mecanismos de consolidação do estado de exceção no Rio Grande do Norte. Segundo Agamben (2004, p. 48), na construção do estado de exceção, é como se houvesse uma fratura importante no direito entre “o estabelecimento da norma e sua aplicação”, dessa forma, “criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor”. O estado de exceção engendra uma indeterminação entre a lógica e a práxis, desse modo, uma “pura violência sem logos” propõe-se a realizar ações sem referência real (AGAMBEN, 2004, p. 63). A imprensa, como veículo de

2 Sobre a Prefeitura Municipal do Natal no Relatório da Subversão, conferir: LEITE, José Evangilmárisson Lopes. *Em nome da ordem: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão*. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

comunicação que promove intervenção no espaço público, também participa dessas práticas do estado de exceção no alinhamento da nova ordem política, na publicidade dos “crimes” daqueles acusados de “subversão” e no expurgo e na execração da imagem e integridade moral dos indivíduos criminalizados pela palavra impressa.

Segundo Leite (2008, p. 20), os “espaços da subversão”, denominados assim pelos inquéritos civis e militares no Rio Grande do Norte, compreendiam a “área rural, a Rede Ferroviária Federal, os setores sindical, estudantil, intelectual e Prefeitura Municipal do Natal”. A “subversão” significava qualquer atividade política que se colocasse contra os representantes do regime de exceção. Subversão, que é o ato de subverter, trazia a conotação de destruir, arruinar e aniquilar. A palavra “subversão”, que passou a ser um instrumento poderoso para incriminar, traçar fronteiras entre a ordem e a desordem, expurgar e execrar sujeitos e espaços, inclusive com o respaldo de setores da imprensa, estava ligada a outros termos, como “ameaça à ordem”, “ameaça à democracia”, “atentatório à ordem”, “perigo”, “comunismo” (LEITE, 2008, p. 22). Esses termos não se arredaram do jornalismo complacente e alinhado ao golpe militar. A *Tribuna do Norte* serviu, nesse processo, de mais um espaço, qual seja, de publicidade punitiva dos “subversivos”, quando foram (re)lançados no espaço público a partir de 1964.

Em um editorial contundente – “Expurgos dos criminosos” – e que não deixava mais dúvida quanto à posição do jornal de Alves ao

regime militar, referindo-se ao golpe como “revolução” e chamando o governo Jango de “pelego-comunista”³, assim foi publicado:

A Revolução da madrugada de 1º de abril, que em poucas horas venceu o governo pelego-comunista, que se instalava no país, tem um sentido não apenas político, porém altamente moralizador. Visa, não somente afastar do Poder os Arrais e seus companheiros de credo e de modo de governar, mas, também os que se tornaram nocivos ao regime (EXPURGO..., 23 abr. 1964, p. 3).

Até o governador Arraes, que foi deposto pelos militares em Pernambuco, não escapou da execração por parte do jornal. A ditadura, concebida pelo impresso como “revolução”, tinha, sobretudo, uma função “moralizadora” e por que não dizer “purificadora”, uma vez que o “comunismo” recebia investimentos preconceituosos de atentatório à civilização cristã ocidental e aos bons costumes. Nessa perspectiva, as tradições militares e os “valores” da pátria, nos discursos e ações dos “detentores da ordem”, denominação essa empregada por Leite (2008), estariam ameaçados de destruição por parte desses “subversivos”. O jornal, por sua vez, tornava-se um porta-voz por excelência, ao lado de outros meios de comunicação, como o rádio e a televisão, desses grupos condutores da nova ordem política no Brasil. Havia uma construção de uma cultura

3 Se, antes, Aluizio Alves lamentava que o presidente Goulart não tivesse evitado uma “radicalização das posições ideológicas e políticas”, em sua nota de adesão ao golpe militar, dias depois, a *Tribuna do Norte* chamava, entretanto, o governo Goulart de “pelego-comunista”, ou seja, vestia-se de “pele de cordeiro” para disfarçar suas verdadeiras intenções “comunistas”. Dessa forma, o próprio governo Jango foi acusado, doravante, de “comunista”, conforme observamos a partir dessa edição do jornal de Aluizio, em 23 de abril de 1964.

militarizada, a exemplo de reportagens mostrando alguns militares e suas famílias como sujeitos exemplares, exaltando seus passos, suas ideias e seus modos de vida. Desse modo, os militares voltaram a ser figuras de destaque na imprensa como paradigmas a serem seguidos pela sociedade. A despeito disso, era também uma forma de os diferentes setores da imprensa complacente materializarem seu alinhamento com o regime militar.

A julgar pelas fontes e pelo trabalho de Freire (2003), o qual discorreu sobre a atuação da *Tribuna do Norte* durante a ditadura militar, o jornal de Alves não precisou retirar jornalistas dos seus quadros nem receber os censores em sua redação, por exemplo. A adesão desse periódico ao golpe de Estado, assim como aconteceu no governo estadual de Aluízio, foi uma manobra política oportunista no sentido de que não houve resistência na contemporização tanto do governo aluizista quanto do impresso da família Alves à ditadura de 1964. Dessarte, houve um esforço da *Tribuna* em legitimar a ação dos grupos golpistas no estado e como eles atuaram, de forma velada, para a vitória da “Revolução” em terras potiguares, assim como na criminalização publicitária dos indivíduos acusados de “subversão”.

Na edição de 23 de abril de 1964, a *Tribuna do Norte* publicou uma matéria narrando sobre quais foram os articuladores do golpe militar que, secretamente, agiram no Rio Grande do Norte, quais eram os grupos “subversivos” e como atuavam e se subdividiam em Natal, bem como acerca dos “processos e métodos” de tortura encontrados em supostas anotações desses

acusados. A reportagem “O lado secreto da revolução, no Estado. Em Natal, cinco pessoas conheciam a revolução”, assinada por Hemetério Gurgel, assim destacava:

Nesta reportagem reconstituímos os fatos da Revolução no Estado. Alguns tópicos estarrecerão a opinião pública, pela maldade que pretendiam os comunistas potiguares fazer em eminentes homens de nossa sociedade. CINCO PESSOAS. De depoimentos que ouvimos em diversos setores apresentamos os principais fatos ocorridos desde o dia 31 de março de 1964. Pelo que se sabe, cinco pessoas tinham conhecimento antecipado da Revolução! Coronel Ulisses Cavalcanti, Mendonça Lima, Norton Chaves, Esteves Caldas e Sílvio Ferreira, portanto todos militares e nenhum civil. Somente o coronel Ulisses Cavalcanti teve missões delegadas pelo Comando Revolucionário fora do Estado, junto a colegas de sua turma, que serviam em Recife. Todas essas missões foram coroadas de êxito (GURGEL, 23 abr. 1964, p. 4).

Após apontar o grupo seletivo do Rio Grande do Norte que tomou parte na conspiração contra o governo de Jango, a matéria também se referiu ao fato de que durante seis meses a Secretaria de Segurança Pública, juntamente com o Serviço Secreto do Exército, vinha acompanhando a movimentação do “ex-prefeito Djalma Maranhão, Luiz Gonzaga dos Santos, Evlin Medeiros, Danilo Bessa, Luiz Maranhão⁴ e do chefe geral no Estado, bancário José Campelo” (GURGEL, 23 abr. 1964, p. 4). Quanto aos “planos comunistas” desses indivíduos, o jornal mostrou uma divisão de atuação dos acusados:

Duas linhas funcionavam entrosadas no comunismo potiguar. Ambas agiam de comum acordo e dentro de um plano traçado para vitória das esquerdas no Brasil. A primeira, chamada linha-suave

4 Sobre a prisão desses três acusados, conferir: GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2004.

ou de Moscou, era liderada pelo ex-prefeito Djalma Maranhão, que tinha sob sua responsabilidade a realização de obras, a fim de impressionar a população natalense. Com ele, trabalhavam todos os adeptos dessa linha. A outra denominada “polop”, ou linha-dura ou linha-chinesa, tinha como principais articuladores Luiz Maranhão, encarregado do setor do magistério público e camponeses; Danilo Bessa, movimentos estudantis; Evlin Medeiros, setor sindical em geral; e José Campelo, coordenador de tudo e a pessoa que recebia as instruções do CGT, PUA e Leonel Brizola. Havia, também, uma segunda linha e uma terceira. A segunda linha compreendia os intelectuais, simpatizantes do socialismo, que eram colocados a par de fatos secundários para que se preparassem para ocupar partes de posição (GURGEL, 23 abr. 1964, p. 4).

Aqui no RN, havia uma criminalização, pelas palavras impressas, aos opositores e resistentes à ditadura militar. A proliferação da contrainformação, da política de boatos e da dissuasão contribuía para que a *Tribuna* publicasse matérias nesse sentido. Um dos temas que passou a circular nos jornais foi o da tortura praticada pelos “subversivos”. Sobre essas supostas práticas criminosas que, segundo a reportagem abaixo, estavam descritas em anotações dos “subversivos”, em caso de a “revolução comunista” ser vitoriosa no Brasil, a *Tribuna*, em tom sensacionalista⁵, tentando alarmar os leitores, assim pontuava:

O mais cruel, o mais perverso, o pior de todos, conforme a documentação apreendida em sua residência, é o sr. José Campelo. Para uns, determinava o suplício malaio, que suspendia a vítima pelas axilas, para depois cortar-lhe os pés, para, através de hemorragia, morrer lentamente. Em outros, seriam usados o “torniquete”,

5 Segundo Angrimani Sobrinho (1995, p. 16), sensacionalismo “trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso”.

que consistia em amarrar pedacinhos de paus com cordas aos pulsos e nos tornozelos, apertando lentamente, até quebrar-lhe os ossos, deixando-os que se infeccionassem e morressem. Para a zona salineira, havia inventado o método chamado “Salgueiro”, cortar as mãos das pessoas, bem como os pés e jogá-las com uma pedra amarrada à cintura, dentro dos tanques de salmoura, até morrerem. E continuava, dentro do seu espírito sádico e doente, a citar outros métodos (GURGEL, 23 abr. 1964, p. 4).

A lista se tornava extensa pela profusão de “métodos” de “tortura” que o jornal publicava em forma de alarme e justificativa para as prisões sumárias dos acusados. Desse modo, a *Tribuna do Norte* passava a assumir um jornalismo populista às avessas, quando as liberdades individuais e de expressão eram suprimidas em favor do estado de exceção. O jornal se portava, assim, como um colaborador, mediante a “apuração” dessas ações “criminosas” pela palavra impressa, no controle tanto dos corpos quanto da imagem pública dos acusados de “subversão”. Acusações aos “subversivos” motivaram a abertura de inquéritos militares e civis no intuito, sobretudo, de silenciar essas vozes divergentes da ditadura militar. O jornal reconstruía as ações dos “revolucionários” de 1964, a fim de servir de apoio e publicidade no combate aos sujeitos e espaços considerados “comunistas”.

Nesse cenário, a antítese da “subversão” era os militares. Estes eram vistos como “detentores da ordem” e exemplos de correção social e mantenedores da “democracia”. Nesse sentido, a *Tribuna do Norte*, dias depois do golpe, reformulou algumas de suas matérias diárias. Com isso, surgiram novos temas e personagens articulados ao contexto social militarizado. Foi criada, por exemplo, a *Tribuna*

Feminina com dicas de beleza e etiqueta. E, em uma das edições, o jornal publicou uma entrevista com Marília Cabral Lebre, a esposa do novo comandante da Base Aérea de Natal. A matéria intitulada *Esposa de Lebre: conhece três idiomas e vai usar curso de decoração na sua casa em Parnamirim* destacava que Marília era poliglota, havia cursado Biblioteconomia, gostava de ler bons livros e da “vida em sociedade”. A dama tinha como “hobby [...] confeccionar vestidos” (ESPOSA..., 19 abr. 1964, p. 4).

A residência de Marília seria na própria base aérea, em virtude de essa senhora ser também secretária do esposo, comandante Lebre. Esse era o modelo de mulher, esposa de militar de alta patente, pertencente a uma elite das camadas urbanas, com seus gostos, interesses e formas de vida que o jornal, doravante, procurava publicizar. Marília não era uma simples jovem senhora que dominava alguns idiomas e entendia de Biblioteconomia e decoração, ela fazia parte de um grupo social articulado ao jornal. Grupo esse que portava-se como protagonista de uma “revolução”, que pretendia “salvar” a democracia do suposto ataque “comunista”.

Em outra matéria, intitulada *O abraço da família*, a legenda da fotografia jornalística informava que o tenente Adolpho Peixoto de Melo, pertencente à tripulação da primeira esquadilha de *beacheraft*, que havia chegado no domingo à tarde no aeroporto militar de Parnamirim, encontrou-se com a sua esposa Ana Madalena e os “filhinhos, o pequeno Renato e sua mana Eloisa” (O ABRAÇO..., 21 abr. 1964, p. 2). O militar tinha passado quarenta dias nos Estados Unidos, e sua chegada era esperada,

entusiasticamente, pela família. Desse modo, o jornal realizava uma narrativa romantizada com palavras desencadeadoras de sentimentos, ao descrever os filhos do casal com substantivos no diminutivo, expressando afeição e deferência.

Essa família, diga-se de passagem, de um militar, era recortada como um modelo do sucesso e da ordem, em contraposição aos “modelos” de sociedade imputados aos “subversivos”. O exemplo do tenente Adolpho suplantava o “perigo” da “revolução comunista”, a qual poderia trazer, de acordo com os “métodos” de tortura defendidos pelos “subversivos”, esta brutalidade: “uma pessoa qualquer que tivesse apenas uma filhinha, deveria ter essa jovem desvirginada em sua própria presença” (GURGEL, 23 abr. 1964, p. 4). Sendo assim, os “filhinhos” de Adolpho e Madalena estavam “salvos” dessa tenebrosa “ameaça vermelha”.

A *Tribuna do Norte*, durante o período analisado nesta pesquisa, manteve um alinhamento político com o regime militar e seu jornalismo populista às avessas não deixou de dar publicidade às práticas repressoras, a despeito do período no qual seu fundador sofreu o processo de cassação política. Na primeira página, *Com cinco potiguares saiu ontem o novo Listão*, a *Tribuna* informava que o presidente Castelo Branco tinha aplicado o artigo 14 do Ato Institucional nº 2, que suspendia por dez anos os direitos políticos de pessoas indiciadas por inquéritos militares, acusadas de “crimes de subversão ou corrupção”. No Rio Grande do Norte, foram atingidos por esse ato Vulpiano Cavalcanti, Joaquim Arnaud Gomes Neto, Bianor Aranha Sobrinho, Lindonor Patriota

do Nascimento e Simplicio Cristiano de Albuquerque (COM CINCO POTIGUARES..., 28 fev. 1967, p. 1).

O alinhamento da *Tribuna do Norte* ao regime militar, entretanto, apresentou alguns pontos de fissura e dissonância entre os escritores e jornalistas que fizeram o jornal naquele período. Mesmo como órgão de intervenção no espaço público, articulado à linha política dos militares, seus editores e jornalistas encontraram formas de fugir da ordem e divergir com sutileza no impresso. Uma dessas formas rarefeitas de burlar a censura e até romper com a perspectiva política do novo regime aparece na produção literária do jornal. A poesia, vozes impressas no caderno *Tribuna do Norte Literária*, tornou-se também uma prática política com palavras polidas e sutis, uma vez que para esses jovens poetas a “literatura [era] uma maneira de não caminhar para o desespero” (VARELA, 10 out. 1964, p. 2). Esses escritores – que viveram nos círculos de cultura, nas praças de cultura em Natal e nas bibliotecas populares espalhadas pelo centro da cidade, que conheceram festivais de escritores em 1961 (GALVÃO, 2004) – agora estavam amordaçados e perplexos com o golpe militar, que havia frustrado a liberdade de expressão, bem como procedia, doravante, com prisões sumárias aos acusados de “subversão”. A poesia, nesse momento histórico, foi uma fuga e um protesto com leveza e ardor.

Para alguns jornais e jornalistas, durante a ditadura militar, segundo Barbosa (2007), o alinhamento político significava também sobreviver econômica e politicamente no espaço público. Nesse cenário, a possibilidade de silenciamento do jornalismo e o medo do

isolamento da prisão, os quais arruinavam a vida pessoal e social, constituíam-se como algo pior do que falar alguma coisa. Desse modo, a chance de continuar publicando, mesmo em movimentações estreitas, de empregar uma palavra com inteligência e audácia, divergindo poeticamente, tornava-se melhor do que o silêncio sombrio, que podia significar a morte social daqueles sujeitos. Como se expressou Mailde Pinto Galvão: “Nossa realidade era a vida em sobressalto e nos movíamos em círculos muito estreitos” (GALVÃO, 2004, p. 171). Ela foi uma das jovens senhoras que fez parte dessa geração de poetas e escritores comprometidos com as políticas sociais, foi secretária da administração do prefeito Djalma Maranhão e, assim como ele, também foi levada à prisão e aos interrogatórios torturantes do 16º Regimento de Infantaria do Exército em Natal.

A *Tribuna do Norte Literária*, um caderno publicado na segunda página do jornal, tinha como editor Berilo Wanderley, escritor e advogado e secretário Sebastião de Carvalho, que atuou também como repórter policial, tendo inclusive fundado o programa radiofônico *Patrulha da Cidade* na *Rádio Cabugi* em 1968 (LIMA, 1984). Alguns escritores potiguarenses, daquela geração de Mailde Galvão, publicaram nesse caderno, a exemplo de Dailor Varela, Walter Varela, Iaperi Araújo, José de Anchieta Fernandes Pimenta e Deífilo Gurgel. Enquanto alguns amigos desses escritores estavam presos nos quartéis do Exército e da Polícia Militar em Natal, eles aproveitaram a pequena brecha, no impresso, para falar de dor, angústia e busca pela liberdade, empregando palavras rebuscadas

e emanadoras de sentidos políticos. Em *Canto da Batalha Fria*, Walter Varela expressou-se:

Canta
vozes sonâmbulas
porque a vida é um canto
da distância
porque a distância
é aquela angústia
daquela guerra
entre os que clamam
um sol!
(VARELA, 10 out. 1964, p. 2).

E José de Anchieta Fernandes Pimenta, em *Poema da Inutilidade*, reconhecia sua incerteza em expressar a angústia que alguns de seus pares viviam, talvez na prisão sombria:

Recebi um grão exilado,
Minha poesia,
Uma gota de vidro circulando-me o ser
Embora eu seja feito para o nada
Sem a certeza de espelhar a voz inquieta do irmão
(PIMENTA, 10 out. 1964, p. 2).

Os espaços se estreitavam com os cercos dos militares na vida social e pessoal desses sujeitos. Contudo, a poesia falava da distância daqueles que, quase em estado de sono, angustiados, clamavam pela liberdade. O sol, uma luz fulgurante e que aquece, expressava a liberdade tão sonhada para os “sonâmbulos”, os quais permaneciam separados do convívio com o mar e do dia ensolarado pelas grades das prisões nos quartéis. Era um exílio em seu próprio espaço social e de expressão, estavam como um “grão” imerso num recipiente de

“vidro”, fechado, como se fosse um nada, na inutilidade diante das forças repressoras. A incerteza tomava conta dos indivíduos que tinham poucas chances de empregar alguma palavra sorrateira, que pudessem divergir ou lançar um feixe de luz na obscuridade. Os escritores, que depositaram suas palavras divergentes da ordem no espaço público, impressas e carregadas de anseios e de angústias, reconheciam a fraqueza de não conseguir espelhar a “voz inquieta do irmão”, do amigo ou do parente, que não podia falar, que estava no silêncio e na penumbra do cárcere.

Em *O barco morto*, Deífilo Gurgel assim declamava: “Enterrado areia que o devora e sepulta, um barco vai morrendo, esquecido da luta” (GURGEL, 21 ago. 1965, p. 6). A luta pela liberdade, a fim de continuar navegando seu “barco”, mas que permanecia em situação morredoura e sendo tragado pelas areias, parecia uma batalha perdida, uma guerra infrutífera. Todavia, só o fato de o poeta, amordaçado, poder dizer uma palavra, quebrar um silêncio e uma estrutura de ordem militarizada, furar um bloqueio, encontrar uma brecha e emitir um gesto marginal pela palavra impressa, significava manter-se vivo, porque a “luta” só parecia ter morrido, porém não havia sido totalmente extinguida. Mailde Galvão, que não podia falar de suas dores e angústias no jornal, uma vez que estava do outro lado da fronteira, nos interrogatórios aviltantes e na prisão dos quartéis, anos depois, contudo, conseguiu relatar em seu livro de memória:

Numa manhã de domingo, levaram-nos para tomar banho de sol no pátio do quartel. Caminhamos um pouco e fomos recolhidos, sem explicações. Em outro domingo fomos levados para a varanda do restaurante dos oficiais, também para tomar sol, de onde

podíamos ver as dunas. Por trás das dunas estava o mar. Desejei ardentemente aquele mar. Ficamos um pouco. Voltei à prisão com a paisagem das dunas e o desejo do mar (GALVÃO, 2004, p. 156).

A prisioneira Mailde registrou, em tom poético, sua dor e solidão, quando transitava, estreita e vigiadamente, por entre os espaços da prisão no quartel. O sol, as dunas e o mar representavam os espaços da liberdade, os pontos de fuga, o outro lado da fronteira. O encarcerado desejava, efusivamente, o dia ensolarado e a imensidão que só o mar ensejava. A poesia, nessa época de mordança e silenciamento da liberdade de expressão, bem como do controle dos corpos realizado pelos “detentores da ordem”, foi um instrumento com certa eficácia. Por meio de gestos cuidadosos, a fim de burlar qualquer censura, a prática da poesia conseguiu, sorrateiramente, estabelecer posições contrárias no processo repressor do governo ditatorial. Enquanto Mailde desejava as “dunas” e o “mar”, naquele dia do banho de sol, no silêncio dos prisioneiros e prisioneiras, fora do quartel, nas páginas da *Tribuna do Norte Literária*, Walter Varela tentava dizer que seus irmãos e amigos clamavam “um sol”, ou seja, a liberdade de pensamento e o direito de ir e vir. Era nesses momentos, errados e marginais, que o alinhamento do jornal com o regime militar ficava controverso, destoante e escapatório da ordem.

As inquietações dessa geração de jovens não atingiram somente os amigos escritores de Mailde Galvão. Os estudantes universitários, em sua maioria – inclusive alguns deles haviam participado das políticas sociais da administração municipal Djalma Maranhão, como Josemá Azevedo, estudante de Engenharia, e Gileno Guanabara, aluno do Colégio Atheneu Norte-rio-grandense

(GALVÃO, 2004) – foram contemporâneos da geração de jovens que protestou no espaço público em 1968. Os grupos estudantis, por sua vez, foram alvos da atenção e controle dos órgãos repressores, sobretudo no período 1968-1969, quando esses estudantes brasileiros promoveram ações, com respaldo em outros movimentos internacionais, contra o regime militar.

A preocupação das autoridades do estado era com a “infiltração comunista” por entre esses jovens estudantes. Segundo Leite (2008, p. 51), a despeito das diversas vinculações políticas, os grupos estudantis “atuavam no cenário político norte-rio-grandense em favor das transformações sociais – sobretudo a reforma agrária – ao lado de representantes de outros setores de atividades, também representativos desse período”. Desse modo, as atividades promovidas pelos estudantes⁶, organizados em manifestações de rua, foram tipificadas pelos militares como “atos atentatórios” ao regime político estabelecido.

O movimento estudantil, entre outras manifestações sociais de insatisfação com o regime militar, contribuiu para o governo aumentar os mecanismos jurídicos e práticos da repressão. Na manchete *Governo decreta Ato Institucional e fechamento do Congresso Nacional* (GOVERNO..., 14 dez. 1968, p. 1), o jornal de Alves dava publicidade aos seus leitores da decretação do AI-5. Um mês depois, o impresso voltava a publicar: “Atos são apenas começo da Revolução” (ATOS..., 19 jan. 1969, p. 1). Nessa matéria, a *Tribuna*, servindo de

6 Sobre o movimento estudantil brasileiro, conferir: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

porta-voz do Ministro da Justiça, dava ciência ao público que tais atos eram apenas o início da “ação revolucionária” pela “restauração de uma autêntica democracia”. Ou seja, cada vez que havia movimentos sociais contrários à ordem, o governo, utilizando-se do estado de exceção, endurecia os instrumentos repressores em nome de uma “democracia”, na qual o diálogo com os grupos sociais significava a violência generalizada: prisões, torturas e mortes.

A partir de 1968, os estudantes natalenses passaram a ser personagens importantes na publicidade diária da *Tribuna do Norte*. Esses jovens foram reconstruídos pelo impresso com reservas, quando de suas reivindicações políticas no espaço público, como “agitadores” da ordem. Na manchete “Estudantes dizem que reitor desvia verbas da Universidade para CRUTAC”⁷, o jornal informava que os estudantes de Natal, por meio do Diretório Central dos Estudantes, que também lutavam pelo aproveitamento de 103 estudantes na Faculdade de Medicina, distribuíram “um manifesto nas faculdades, acusando o Reitor Onofre Lopes de desviar verbas destinadas à Universidade para o CRUTAC” (ESTUDANTES..., 9 jun. 1968, p. 8). Os estudantes são apresentados pelo jornal como atores políticos que questionavam a administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Em outras situações, eles foram mostrados como “agitadores” nos espaços escolares:

7 O CRUTAC (Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária) foi criado pelo Reitor Onofre Lopes como programa de extensão universitária na década de 1960. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/onofre-lobes-e-o-crutac/256525>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

Estudantes expulsos voltaram ao Atheneu perturbando aulas. Os estudantes que faziam parte da diretoria do Grêmio Celestino Pimentel, do Atheneu e que por tentar ir de encontro à autoridade de seu diretor, professor João Agripino, tiveram a sua expulsão proclamada, voltaram ontem àquele colégio e após penetrar em seu interior, pulando muro, tentaram perturbar o andamento das aulas, que se realizavam normalmente, numa tentativa de agitação (ESTUDANTES..., 13 ago. 1968, p. 6).

Houve a intervenção da polícia no Atheneu, segundo o próprio jornal. Essas e outras ações dos jovens, acossados pelos órgãos repressores do estado, motivaram a publicação de editoriais pelos jornalistas da *Tribuna do Norte*. Em *A posição dos jovens*, pontuava o impresso:

As lideranças estudantis estão de novo agitadas. E os esquemas de repressão acionados, com vistas à salvaguarda da ordem. Uns e outros se excedem e o resultado apenas refletirá em prejuízos físicos ou materiais. O melhor seria uma pausa para meditação. Ninguém pode negar à juventude o direito de rebeldia, de protesto e de reação contra uma estrutura educacional que não atende às necessidades e aos anseios da Nação. Mas não será lícito lançar mão desse direito para fomentar distúrbios, não tanto pela turbulência dos jovens, até certo ponto compreensível, mas pela subversão que solertemente vai se infiltrando no meio estudantil, transformando a classe em trampolim na sua escalada para o caos. O Brasil está na mira de extremistas da esquerda e da direita. Logo, é preciso prudência. Por trás de sadias manifestações universitárias surgiram os panfletários agitacionistas e seguidamente os atentados terroristas que já levaram alguns jovens – estudantes ou soldados – aos hospitais (A POSIÇÃO..., 1º set. 1968, p. 7).

Na linha editorial do jornal, apesar do reconhecimento do “direito” de os jovens fazerem reivindicações, havia uma postura em defesa da “ordem”, a qual ensejava as ações repressoras, porque a

grande preocupação estava no combate aos “distúrbios”, insuflados pela “subversão” que permanecia se “infiltrando” por entre os estudantes. Nessa direção, o impresso sugeria a “prudência” para que essas “sadias manifestações” não desencadeassem nos “atentados terroristas”, tanto dos radicais de esquerda quanto dos de direita. Nesse caso, a *Tribuna do Norte* não criminalizou completamente o movimento estudantil, entretanto, manteve, em linhas gerais, a mesma prática das autoridades militares no sentido de controlar os jovens, uma vez que entre eles poderiam, lado a lado, atuar os “subversivos” e “terroristas”. E, em nome da “salvaguarda da ordem”, não se deveria dispensar qualquer esforço na repressão sistematizada. O jornal se tornava, assim, uma instituição de controle desses jovens no espaço público pela força das palavras impressas.

Em outra matéria, na última página, os estudantes universitários foram noticiados quando pretendiam “ocupar a Reitoria procurando diálogo”. Inicialmente, eles ocuparam o Restaurante Universitário e um grupo levantava cartazes com a palavra “FOME”, uma vez que os funcionários do restaurante se recusaram a fornecer o almoço porque não tinham ordens do reitor. Desse modo, os estudantes também resolveram ocupar a cozinha, “quando as universitárias cozinham e serviram o almoço sem a ficha obrigatória exigida pelo Administrador do Restaurante”. Após o almoço, os jovens permaneceram em “vigília”. Depois disso, o Diretório Central dos Estudantes, em nota, comunicou que foram enviados alguns membros até a residência do Reitor Onofre Lopes para tentar um

diálogo, a fim de encontrar a solução do caso (ESTUDANTES..., 1º set. 1968, p. 10).

Mas esse diálogo pretendido pelos jovens estudantes não era possível naquele contexto ditatorial. A onda repressora foi se fortalecendo nas diferentes instituições públicas e se radicalizou com o AI-5, decretado meses depois do episódio do Restaurante Universitário da UFRN. Ainda em 1964, foi aberto o “inquérito universitário”⁸, presidido pelo tenente coronel Álvaro Esteves Caldas, a fim de apurar “atividades subversivas na Universidade do Rio Grande Norte”, visando professores e estudantes (INQUÉRITO..., 4 jul. 1964, p. 6).

Na reportagem *Estudante deve (ou não) protestar*, assinada por Alexis Gurgel, a *Tribuna* publicava uma versão ambígua sobre a atuação política dos estudantes no espaço público:

A juventude, considerada Poder Jovem, principalmente a classe estudantil, realiza em todo mundo movimentos de protestos contra o que denomina de velhas estruturas e antigos conceitos, numa busca de perspectivas melhores para o futuro, “já que o estudo de coisas atual é passivo e estático” [...]. Que a grande passeata vai à rua, não se pode afirmar. O que é lógico dizer é que os estudantes têm provado que desejam continuar a luta de uma forma ou de outra. Os jovens demonstram querer novas estruturas, melhor futuro. O bom senso indica que chegaram os “novos tempos” para a juventude, e já não funcionam mais os velhos refrãos das gerações estáticas (GURGEL, 1º out. 1968, p. 5).

8 Há o acervo digital da Comissão da Verdade – UFRN sobre os inquéritos militares no âmbito da universidade. Disponível em: <<http://bczm.ufrn.br/comissaodaverdade>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

O uso da conjunção “ou”, com a conotação de alternância e até mesmo de dúvida, no título da matéria, colocava o jornal em situação de não conflito diante da postura repressora do estado ditatorial. Se a *Tribuna* afirmasse, por um lado, categoricamente, que os jovens deveriam protestar traria, provavelmente, questionamentos incisivos dos militares. Por outro lado, a reportagem conceituava esse movimento de “poder jovem” e recortava-o como a “classe estudantil”. Antes, o jornalismo dava publicidade a outras “classes”, a exemplo da “classe trabalhadora”. Mas agora, em 1968, eis que surgia a juventude com força política e intervenção no espaço público. Esses jovens estudantes já vinham sendo gestados naquele contexto dos movimentos sociais e culturais, ao lado de escritores e poetas natalenses, desde o início dos anos 1960. Isso significa que a juventude empoderada não era qualquer sujeito social em suas ações divergentes da ordem; havia, nesse meio, figuras influentes ou pertencentes a famílias da elite. Sem falar que o ensino universitário, nessa época, não era popularizado. O público de estudantes das universidades era restrito.

Os universitários, principais atores dos movimentos estudantis de 1968-1969, transitavam por espaços sociais comuns a outros grupos da elite urbana de Natal, inclusive de alguns jornalistas da própria *Tribuna*. Dailor Varela, por exemplo, era jornalista e poeta. Nei Leandro de Castro, universitário, também poeta, foi preso em fins de 1964, durante as investigações do “inquerito universitário”. Um dos agentes infiltrado nos meios universitários foi Ivan Benigno, que ajudou a prender vários estudantes, inclusive Nei Leandro de

Castro (GALVÃO, 2004). Até o filho de um professor universitário foi preso por ter participado do programa de alfabetização de adultos, na cidade de Angicos, em 1962, juntamente com o educador Paulo Freire. Era Marcos Guerra, estudante de Direito, preso em 1964, acusado de “subversão”. Marcos era filho do professor Otto de Brito Guerra (GALVÃO, 2004).

Dessa forma, fica mais consubstanciado que quem escrevia sobre o movimento estudantil no jornal, de algum modo, conhecia parte dos sujeitos integrantes dessas aspirações políticas e, com as devidas reservas, as apoiava. A *Tribuna do Norte*, em um jornalismo complacente ao regime, porém com posições contraditas, tentava contemporizar não só com os militares, mas também com a “classe estudantil”.

A publicidade da "subversão" potiguar

A ditadura militar de 1964 começou a ser institucionalizada no Rio Grande do Norte pela adesão do governador Aluízio Alves ao golpe de Estado. Ao lado dos militares, o Chefe do Executivo Estadual, por meio do Ato Institucional e das leis de exceção, procedeu com as investigações e prisões paralelamente às do Exército.

No que tange às diligências investigativas dessa Arma, havia o major Heider Nogueira Mendes no posto de presidente da Comissão Geral de Investigações no Estado. Depois, ocorreu a substituição de Mendes pelo capitão Ênio Lacerda. Ademais, Aluízio formou sua comissão de investigação contratando, em Pernambuco, dois policiais especializados, “a quem concedeu poderes absolutos e excepcionais”. Esses agentes passaram a “processar, prender e encarcerar os supostos subversivos” no Rio Grande do Norte (GALVÃO, 2004, p. 32).

Sobre essas investigações e suas práticas, Galvão (2004, p. 32) ainda assegurou que os policiais Carlos Veras, que tinha treinamento no FBI dos Estados Unidos, e José Domingos, “usaram, com muita competência, métodos semelhantes aos praticados pelos nazistas da Segunda Guerra Mundial”. Além da comissão investigadora

do Exército, paralelamente, foram criadas mais duas comissões pelo governo do Estado, sem falar de “outras implantadas em cada repartição pública estadual, municipal e federal”. Assim, “armou-se a maior rede de investigação policial militar de toda a história política do Rio Grande do Norte” (GALVÃO, 2004, p. 32-33).

Segundo Donnici (1984, p. 74), em nome da “segurança nacional”, foi criada uma legislação “baseada em atos institucionais e complementares”. Esse novo aparato jurídico acabou “destruindo todo o poder político civil, reprimindo dirigentes sindicais, operários ou camponeses, líderes estudantis” e os movimentos sociais, além de “todo e qualquer cidadão brasileiro que se tornasse contrário ao sistema instituído”. Apesar de terem ocorrido as eleições de 1965, elas “desagradaram aos círculos militares, tendo como consequência a extinção dos partidos políticos”. Desse modo, o governo ditatorial criou a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1968, com o Ato Institucional nº 5, o aparato repressor tornou-se mais contundente no seio da sociedade brasileira.

Entrementes, situava-se a imprensa, ora servindo de porta-voz do regime militar, ora encontrando formas sutis ou até mesmo mais ousadas de combate à repressão institucionalizada. A *Tribuna do Norte*, por sua vez, seguindo a orientação do seu proprietário, o então governador do Rio Grande do Norte, passou a aderir à implantação do governo ditatorial tanto em nível local quanto nacional. No que diz respeito à publicidade do crime nesse novo

contexto, como o periódico de Alves mobilizou ideias e ações na produção das notícias criminais políticas?

O jornalismo populista da *Tribuna do Norte* foi organizado no contexto das transformações dos grupos políticos norte-rio-grandenses a partir dos anos 1950. As oligarquias passaram por (re)alinhamentos e rachas, e delas surgiram novas lideranças com outras ideias e práticas. A política populista, defendida por Aluizio Alves, tentava implantar um discurso no qual a modernização das estruturas sociais, com a inclusão dos grupos populares no processo político, seria o norteamento dessa empreitada. Entretanto, as articulações de Alves com as velhas organizações partidárias do estado faziam com que essa pretensa modernização fosse, porém, conservadora (TRINDADE, 2004).

No final dos anos 1950, o político angicano aproximou-se das hostes de esquerda, a fim de conseguir um amplo apoio dos trabalhistas, nacionalistas e até comunistas no pleito eleitoral de 1960 para governador do estado. Em seguida, essa aliança de Alves com tais grupos foi desfeita. No âmbito da imprensa, a *Tribuna do Norte* foi direcionada, também, na esteira das práticas populistas que, ao sabor das tramas e reveses políticos, sofriam transformações históricas.

As camadas populares, aos poucos, foram sendo (re)descobertas como protagonistas na cena política, embora na condição de orientandas das lideranças partidárias. No entanto, o desafio surgia no momento de forcejar uma acomodação para os diversos segmentos populares, principalmente quando isso era uma prática

jornalística dos defensores do populismo. Havia um conflito e espaços de tensão no instante em que os sujeitos marginalizados, os criminosos e as prostitutas, por exemplo, recebiam alguma publicidade no impresso. E essa situação se tornou mais agudizante por ocasião da ditadura militar, que trouxe um período de repressão crescente sobre a população brasileira.

De acordo com Melo, o Estado ditatorial de 1964 foi montado no combate ao “velho binômio subversão-corrupção”. Houve uma “artilharia do novo discurso do poder” a fim de eliminar os “elementos característicos do discurso populista”. Contra esse “discurso populista” pesou a prática política alicerçada “na eficiência de uma racionalidade impessoal que é própria à lógica da tecnocracia” (MELO, 1981, p. 74). Ou seja, as camadas populares passaram, doravante, a ser apreendidas pelos detentores da ordem sob a suspeição do assédio de líderes “subversivos”.

Nessa perspectiva, o regime ditatorial buscou, primeiramente, reprimir e silenciar os políticos acusados de atividades “subversivas”, os intelectuais de esquerda, os sindicalistas e os grupos estudantis organizados. De outra feita, esse governo autoritário procurou controlar os indivíduos considerados “desordeiros” que transitavam cotidianamente pelo espaço urbano. Em nome da ordem pública na política de segurança nacional, a vigilância e o controle sobre os corpos dessas figuras oriundas, mormente das camadas populares, tornaram-se um importante caso de polícia. Desse modo, as forças policiais, doravante, receberam investimentos materiais e simbólicos

como instrumentos mobilizados para amordaçar, silenciar e até eliminar as vozes dissonantes e divergentes.

Além do mais, algumas pesquisas recentes indicam que “a crise do populismo foi o reflexo do avanço popular, que despertou temor junto às elites políticas”. Nesse sentido, ao se constatar que o “Estado populista não mais exercia um controle efetivo sobre o movimento popular, cada vez mais autônomo e influenciado pelas esquerdas, tornava-se necessário”, tanto às elites políticas quanto às forças armadas, buscar “o rompimento do pacto populista e a construção de uma nova ordem” (PEREIRA, 2006, p. 170).

Em suma, o golpe militar de 1964 no Brasil pode ser compreendido como um “desdobramento da crise do populismo no país” (PEREIRA, 2006, p. 170). Com isso, o jornalismo da *Tribuna do Norte* sofreu transformações importantes a fim de sobreviver no contexto ditatorial. Por essa razão, as práticas do impresso que priorizavam a interação com um público cada vez mais diversificado, incluindo principalmente os grupos populares, foram minimizadas drasticamente. As cartas do leitor desapareceram por bastante tempo a partir de 1964, por exemplo. Nesse processo, determinados sujeitos, mormente dos setores populares, receberam uma publicidade avultada, porém em situações de tensão, transgressão e de práticas criminosas. Apesar dos pontos contraditórios do jornalismo da *Tribuna*, essas práticas permaneciam em sintonia com os vários mecanismos de repressão dos militares.

A *Tribuna do Norte* referendou, em suas palavras impressas, a instalação de uma nova realidade político-social brasileira com a

ditadura. O crime, que recebia publicidade diária, foi alargado para novas tipificações. A narrativa da notícia de crime passou, então, a incluir a “subversão”, ao lado dos crimes mais comuns, a exemplo de homicídio, roubos e lesão corporal. Ao mesmo tempo, a contra-venção penal da desordem pública foi avultada com as inúmeras detenções correcionais. Nessa direção, a prisão e as diligências policiais, além dos patrulhamentos motorizados e a pé no centro da urbe, transformaram-se em palavras-chave na recuperação desse jornalismo da *Tribuna* durante a segunda metade dos anos 1960.

Consumado o golpe de Estado, a *Tribuna* começou a confeccionar as notícias sobre as primeiras prisões políticas em Natal. Em uma matéria de última página, o impresso publicava para o leitor: “Novas prisões foram efetuadas pelo Comando Militar de Natal, dentro das medidas ligadas à segurança pública, ao que se informa por instrução do Comando do IV Exército” (NOVAS..., 3 abr. 1964, p. 8). De uma hora para outra, figuras ligadas aos espaços da política e da intelectualidade natalenses passaram a ser criminalizadas, passíveis da repressão e da retirada abrupta do convívio social. Os primeiros grupos que “ameaçavam” a “segurança nacional” estavam inseridos no alto das camadas sociais. As prisões deliberadas pelos militares começavam por esses sujeitos. Sendo assim, a *Tribuna* identificava os primeiros detidos: “Foram presos ontem o prefeito Djalma Maranhão, o vice-prefeito Luiz Gonzaga dos Santos, o sr. Luiz Maranhão Filho, o dr. Vulpiano Cavalcanti e os universitários Danilo Bessa, Tereza Braga e João Faustino Neto” (PRISÕES..., 3 abr. 1964, p. 8).. Além deles, foram realizadas detenções por entre

os integrantes dos trabalhadores ferroviários: “Anteontem foram efetuadas as prisões dos engenheiros Paulo Feitosa e Edvaldo Batista, delegado e subdelegado da Estrada de Ferro Sampaio Correia”, bem como a prisão de Evlim Medeiros, que era o presidente do Comando Estadual dos Trabalhadores, e do presidente do Sindicato dos Ferroviários (PRISÕES..., 3 abr. 1964, p. 8).

Com isso, o jornal de Alves passou a assumir uma postura de publicidade da repressão dos militares no espaço público. De acordo com Leite (2008, p. 44-45), além dos integrantes da administração municipal de Natal, que foram considerados “subversivos”, os militares primeiramente se preocuparam com a prisão de sindicalistas, estudantes e intelectuais, uma vez que sobre eles pesavam as acusações de que conviviam em espaços da “infiltração vermelha”. Ou seja, era em torno desses sindicatos, por exemplo, que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), conforme a justificativa da repressão, deveria difundir suas ideias deletérias à “segurança nacional”.

Pelas palavras impressas, a repressão e as prisões prosseguiram. Na coluna denominada de *Tribuna Política*, impressa na terceira página, a narrativa contava sobre a debandada de um parlamentar estadual disfarçado, bem como a caçada dos militares a outro deputado que tentava fugir do estado num voo da empresa aérea Varig. Essas prisões causavam uma perturbação social, a construção de uma sensação de medo no espaço público e a ruptura com a liberdade de expressão e do direito de ir e vir. A *Tribuna*, por seu turno, reconstruía essas práticas repressoras e legitimava o trabalho dos detentores da ordem.

TRIBUNA Política. O deputado José Rocha fugiu vestido de mulher. Esta é a última informação do deputado do PTN. Em dado momento ontem, o deputado Revorêdo também pensou em fugir, mas foi aconselhado simplesmente a acabar com os ataques que ainda ensaiou às Forças Armadas. O Sr. Cezário Clementino foi preso ontem em Parnamirim no interior de um avião da VARIG. A aeronave ao parar os motores foi interditada pelas tropas do Exército. Um oficial entrou e perguntou quem era o sr. Cezário Clementino. Ninguém respondeu. Então o oficial, com o retrato do sr. Clementino foi de poltrona em poltrona fazer o reconhecimento prendendo então o político do PTN mossoroense que desceu escoltado (TRIBUNA..., 4 abr. 1964, p. 3).

Percebemos que os políticos pertencentes aos quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTN), os quais inclusive elegeram o presidente Jânio Quadros em 1960, sofreram os primeiros ataques de criminalização e repressão tanto dos militares quanto dos órgãos de imprensa alinhados à ditadura. Quatro anos antes dessas prisões, esse mesmo partido PTN, agora criminalizado, integrou a coligação *Cruzada da Esperança*, que deu a vitória eleitoral a Aluízio Alves para governador do Rio Grande do Norte (TRINDADE, 2004, p. 126). Porém, com a instalação do governo ditatorial, a *Tribuna do Norte* mudou com rapidez a publicidade sobre os integrantes do PTN. José Rocha, o que se disfarçou de mulher na hora da fuga, Revoredo e Cezário Clementino passaram a ser figuras estranhas e “perigosas” à sociedade pelas letras do impresso. Destarte, o jornal servia também de instrumento doutrinador da nova ordem política aos leitores.

Meses depois dessa publicação sobre as prisões dos parlamentares, a *Tribuna* voltou a reconstruir os efeitos da repressão sobre as

famílias destroçadas pelo ímpeto do Estado ditatorial. Com a manchete de última página “Inquérito da Subversão: Cesário Clementino lembra loucura da mulher e favores que deve ao Coronel”, o periódico narrava ao leitor que Cesário era um ex-deputado que foi preso logo após a “Revolução” de 1964 (INQUÉRITO..., 29 jul. 1964, p. 8). O jornal conseguiu entrevistá-lo. Na matéria, o preso político relatou que agradecia ao Coronel Esteves Caldas pela assistência que lhe prestou. O militar mandou buscar, em Mossoró, a mulher de Cesário, que se encontrava louca, conforme o relato, em consequência dos últimos acontecimentos. Além disso, o pai do referido preso estava em estado de coma, e seu irmão Geraldo Clementino, funcionário da Rede Ferroviária, foi demitido do cargo. A família estava destruída (INQUÉRITO..., 29 jul. 1964, p. 8). A ação dos militares foi cuidadosamente recontada pelo jornal com traços de benevolência ao preso político. Havia a preocupação desse jornalismo não só em publicar sobre a destruição da família atingida pela repressão, mas ainda em exaltar pequenas atitudes “humanitárias” dos algozes daquele ex-deputado.

O famigerado “Inquérito da Subversão”, que promoveu diligências policiais, interrogatórios, prisões e indiciamentos, também foi legitimado pela *Tribuna* em suas páginas diárias. Esse inquérito, de ordem do governo do Estado, corria paralelamente aos inquéritos abertos pelo Exército. Por isso, a manchete informava: “Governador nomeia comissão para apurar atividades subversivas” (GOVERNADOR..., 19 abr. 1964, p. 8). Em seguida, o texto pontuava que o governador Aluizio Alves “nomeou o Bacharel Carlos Moura

de Moraes Veras, da Polícia pernambucana e com Curso do FBI, e o Bacharel José Domingos da Silva, Capitão da Polícia daquele Estado, para presidirem os inquéritos instaurados” sobre as atividades “subversivas” no Rio Grande do Norte (GOVERNADOR..., 19 abr. 1964, p. 8). A partir de então, o jornal de Alves montava uma operação publicitária de “caça às bruxas” aos “subversivos”. Desse modo, novos “criminosos” eram (re)lançados no espaço público pelas grandes letras do periódico. Mas agora esses sujeitos criminalizados começaram a ser deslocados para a primeira página como chamada das longas reportagens ao leitor. Nesse processo, os recursos imagéticos tornaram-se elementos importantes nessa nova confecção da notícia de crime, mormente dos “comunistas”.

Qual seria a motivação plausível dessas prisões sumárias conduzidas tanto pelos militares quanto pela ordem do inquérito policial militar aberto no governo de Aluizio Alves? A *Tribuna do Norte* tentou justificar essa questão em uma nota de primeira página sobre a prisão do chefe do executivo de outro estado da federação. Com o título *Militares explicam prisões*, a matéria dava publicidade ao fato de que “as autoridades militares anunciaram que a prisão do governador Seixas Dória foi em consequência de o chefe do executivo sergipano estar desenvolvendo atividades subversivas” (MILITARES..., 4 abr. 1964, p. 1). A acusação do crime de “subversão” recebia uma tipificação ampla, dúbia e com dimensões subjetivas de quem aplicava essa nova legislação, que era fundada em atos institucionais e complementares. Os “militares explicam”, assim dizia o jornal, entretanto, isso não tinha esclarecimento. Que “atividades

subversivas” o governador Dória estaria desenvolvendo? A *Tribuna* publicava as prisões políticas com justificativas não elucidativas. Nesse período, o arbítrio e a construção de uma realidade baseada no medo, na perplexidade e no perigo iminente do “comunismo”, passavam a fazer parte das palavras impressas do periódico de Alves.

Nesta matéria de primeira página, cujo título alarmava *O homem da senha*, a *Tribuna* prosseguiu na construção de um sujeito “muito perigoso” à segurança nacional. A narrativa começava pelos traços físicos do acusado, a fim de imprimir nele uma identidade da diferença: “Com barba de 17 dias por fazer, chegou a Natal, algemado, o homem a quem o IV Exército acusa de alta periculosidade, por isso mesmo encarregado de trazer para Natal a ‘senha’ que seria o sinal” para a deflagração do “golpe comunista no Brasil” (*O HOMEM...*, 23 abr. 1964, p. 1).

A fotografia do preso reforçava o texto, com o intuito de causar medo e reprimenda aos leitores. Essa “senha” seria o assassinato do ex-presidente Gaspar Dutra e, de acordo com o impresso, ela foi encontrada, escrita, no bolso de José Campelo Filho. Ele era um funcionário do Banco do Brasil e “atuante líder sindical” no Rio Grande do Norte. Em sua acusação pesava o crime de ter “montado também perigoso dispositivo comunista na Carteira Agrícola do BB em Natal” (*O HOMEM...*, 23 abr. 1964, p. 1). Ficou preso no quartel da Polícia Militar. Na sequência dessa reportagem, a *Tribuna* resumia que o “inquérito começou na área civil com depoimento de 11 horas do 1º acusado” (*INQUÉRITO...*,

23 abr. 1964, p. 10). Campelo foi o primeiro sujeito a ser inquirido pelo “Inquérito da Subversão”.

Com isso, José Campelo virou uma espécie de “celebridade” da “subversão”, contudo, em forma de execração pública pelas grandes letras do periódico. A *Tribuna*, no mês seguinte da primeira matéria, publicava a seguinte manchete com ampla publicidade sobre esse “comunista”: “Sem barba e sem algemas, bancário J. Campelo ficou livre das grades durante 49 minutos”. A reportagem trazia alguns intertítulos reconstruindo o ritual montado por ocasião da audiência do inquérito, a exemplo de “Impressões digitais” e “Penteando o cabelo” (IMPRESSÕES..., 7 maio 1964, p. 8). O jornal designou uma equipe de reportagem para colher a movimentação do preso e do inquérito policial civil e, posteriormente na redação, transformava os fatos num noticiário vasto com manchete, fotografias e diferentes intertítulos, a fim de abordar os passos desse acusado. A referida publicidade não só tentava prender a atenção do leitor, já que as matérias se seguiam por dias, como também tinha o intuito de servir de alerta à sociedade, a fim de que esta se mantivesse ordeira, além de acentuar cada vez mais a posição política do jornal frente ao governo militar.

Em relação às duas matérias sobre José Campelo, reconstruíam, primeiramente, seus passos “subversivos”, nos quais ele aparecia com a “barba de 17 dias por fazer” e, em outro momento, sob os auspícios dos militares, Campelo surgia com uma nova aparência física. Essa forma de narrar sobre o preso incomum cumpria interesses políticos e culturais no contexto da ditadura, visto que a principal imagem

de Karl Marx, o teórico do socialismo, é de uma figura barbuda. Desse modo, a barba longa dos acusados de “subversão” recebia um investimento do impresso como forma de estigmatizá-los no espaço público. Na caserna, o militar subalterno que fosse flagrado com barba alterada podia sofrer uma punição disciplinar, que ia desde a advertência à licença cassada (detenção)⁹. Nesse sentido, a barba longa dos “comunistas” sofria uma criminalização por parte dos militares e da imprensa alinhada ao golpe de Estado. Por sua vez, Campelo, nos minutos que participou do ritual do interrogatório, já estava “disciplinado” pelos detentores da ordem¹⁰. O controle dos corpos fazia parte das novas práticas culturais impostas em uma sociedade que sofria processos de militarização.

No tocante à implantação e à exaltação das práticas e rituais militares, que recebiam ressonância nos setores alinhados à ditadura, a *Tribuna do Norte* não ficou de fora dessa publicidade. Em “Sentinelas do Inquerito”, título com grandes letras, havia uma reconstituição da performance de duas sentinelas que vigiavam o espaço do interrogatório militar. A matéria tentava congelar aquele momento com palavras que realçavam as tradições militares: “Fuzil na mão, em posição de sentido, guardam

9 Falo com certa propriedade sobre essa questão, em virtude de ter sido um soldado da Polícia Militar do Rio Grande do Norte no período de 2006 a 2013 e, todos os dias em que eu estivesse de serviço no quartel, precisava fazer a barba.

10 Sobre os rituais que disciplinam os corpos dos sujeitos encarcerados, conferir: GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

a entrada da antessala onde se realiza o inquérito policial civil” (SENTINELAS..., 24 abr. 1964, p. 8).

A ordem criada pelo Estado ditatorial precisava se materializar também nos rituais militares, que eram comuns dentro dos quartéis, mas agora ganhavam os espaços público e privado da sociedade. Nessa direção, a *Tribuna do Norte* situava-se como um elemento intermediador entre a construção dessa ordem e o espaço público. Em seguida, a notícia enfatizava que “de duas em duas horas as sentinelas são mudadas, mas estes dois são símbolo da vigilância”. Eles “falam pouco, mas não reagiram ao flash fotográfico” (SENTINELAS..., 24 abr. 1964, p. 8). Em tempos passados, os soldados da Polícia Militar, por exemplo, recebiam a publicidade da *Tribuna* em situações controversas. Em dadas ocasiões, eles surgiam cometendo atos de violência contra populares pelas ruas da capital e até em cidades do interior do estado. Na ditadura militar, entretanto, os soldados sentinelas foram exaltados como “símbolos” da política estatal combativa aos “comunistas”.

Na mesma página sobre a matéria das “Sentinelas do Inquérito”, havia outra notícia antagonica. Lado a lado, os termos “militares” e “subversivo” cumpriam o desejo da *Tribuna* em exaltar os vencedores do golpe de Estado e, ao mesmo tempo, expurgar os “criminosos” na formação de uma opinião pública. O texto não forcejava causar grandes polêmicas e/ou suspense aos leitores, porém tentava imputar acusações contundentes às claras, embora a repetição das matérias sobre esse inquérito policial civil tivesse a função de expor os “subversivos” mais “perigosos” e, simultaneamente, prender a

atenção do público com o enredo dramático, que visava “purgar” a sociedade dos indivíduos “nocivos” à ordem.

Em uma fotografia, cujo título bradava “Boné Subversivo”, a *Tribuna* imprimia a seguinte legenda: “Pedro Cavalcanti da Silva é agricultor. No entanto, recentemente, andou participando de reuniões políticas consideradas subversivas” (BONÉ..., 24 abr. 1964, p. 8). Ele estava preso no quartel da Polícia Militar e, conforme a narrativa, “desde às 21 horas de ontem”, permanecia respondendo ao inquérito policial civil. No final da notícia, o jornal traçava um destino duvidoso e sombrio para Pedro: “Não se sabe, qual o seu amanhã” (TRIBUNA DO NORTE, 24 abr. 1964, p. 8). O agricultor era o extremo das sentinelas com fuzil. Pedro e os militares dividiam a mesma página do impresso, porém, separados por uma fronteira que demarcava a ordem (sentinelas armadas) e o “inimigo” desse regime (agricultor com “boné subversivo”). Fosse através do boné ou da barba grande, a *Tribuna* precisava estereotipar simbolicamente esses sujeitos “aberrantes” e divergentes.

No subtítulo “Bela e subversiva. Berenice procurada”, em mais uma publicidade do “Inquérito da Subversão”, o impresso de Alves contava que a “universitária Berenice Freitas, quintanista da Faculdade de Direito de Natal, que se encontra desaparecida, [...] é considerada pelas autoridades militares e civis uma das peças mais importantes” do referido inquérito (BELA..., 9 jun. 1964, p. 8). Berenice era acusada de atuar “no meio da juventude, viciando-a na ignomínia da teoria marxista”. Como não poderia faltar, a fotografia da jovem fora publicada como um retrato de “criminosa”

procurada pelos militares. Com isso, a *Tribuna* reforçava a ideia de que os “subversivos” mais “perigosos” estavam também por entre os grupos de intelectuais da cidade. O potencial crítico desses homens e mulheres ao golpe de Estado tornava-se uma ameaça assustadora aos militares e, para tanto, esses “subversivos” precisavam ser caçados e silenciados, inclusive com a ajuda publicitária dos jornais alinhados à ordem ditatorial.

Berenice e sua companheira Tereza Braga presenciaram a prisão do prefeito Djalma Maranhão no prédio da Prefeitura de Natal. No dia seguinte ao fato, elas procuraram a ajuda de companheiros da Rede Ferroviária e foram informadas de que estavam sendo procuradas por uma patrulha do Exército. Porém, elas tiveram êxito na fuga. A partir daí começou uma saga por alguns estados da federação a fim de escaparem da prisão. As jovens passaram pelo interior da Paraíba, estiveram um tempo em Fortaleza e, por último, seguiram para o Rio de Janeiro. Lá, Berenice asilou-se na embaixada do Panamá (GALVÃO, 2004).

Se essas duas jovens natalenses conseguiram fugir do cerco dos militares e da prisão, outros homens e mulheres, porém, foram mantidos encarcerados enquanto eram ouvidos pelo “Inquérito da Subversão”. Apesar de todo o esforço dos policiais Carlos Veras e José Domingos para gerar provas que pudessem incriminar os acusados, alguns desses esforços foram frustrados. A publicidade do drama desse inquérito policial civil no jornal de Alves não deixou de mostrar a movimentação tanto daqueles acusados que

continuavam presos quanto dos outros que iam sendo libertados por falta de provas.

O dentista Geraldo Ribeiro Caldas, que esteve preso no quartel da Polícia Militar durante um mês, por exemplo, foi solto “depois de ter sido constatado que não existe elementos que [comprovassem] sua cumplicidade com o movimento subversivo do Rio Grande do Norte”. A despeito disso, os policiais condutores do inquérito não se davam por vencidos nem cansados na empreitada de realizar novas prisões. Um desses agentes informou à *Tribuna* que, sobre as novas prisões, algumas delas “seriam efetuadas no fim de semana e que não revelava os nomes para não prejudicar o andamento da sindicância e das diligências” (NOVAS..., 2 jul. 1964, p. 8). A *Tribuna*, nessa fase de jornalismo antipopular, posicionava-se no espaço público como um órgão atrelado às caçadas militares, com níveis de organização, aos “subversivos”. Nessa perspectiva, manter o leitor informado, diariamente, sobre o andamento das prisões pela cidade, cumpria interesses políticos e moralistas, bem como mercadológicos.

Intitulado “Inquérito da Subversão: universitário João Faustino foi solto e advogados concluirão tudo amanhã”, o impresso publicava que João, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes, universitário, havia sido libertado, no dia anterior, depois da prisão em uma cela, durante mais de uma semana, no quartel da Polícia Militar. Seu crime foi tipificado em “atividades subversivas” e por “professar doutrina contrária ao regime democrático”. Ainda nessa mesma matéria, os policiais Carlos Veras e José Domingos informaram

que o inquérito já apresentava “mais de quatro mil páginas”, o que em breve deveria ser entregue ao governador Aluizio que, por sua vez, o entregaria à justiça civil (INQUÉRITO..., 20 ago. 1964, p. 6).

A esse respeito, segundo Galvão (2004), João Faustino e outros universitários foram presos, em 1º de abril de 1964, no momento em que se reuniam para prestar solidariedade ao presidente Jango. A reunião foi interrompida pela “invasão das tropas do Exército, comandadas pelo então major Estevão Mosca” (GALVÃO, 2004, p. 75). Depois, Faustino foi libertado graças a um *habeas corpus* impetrado pelo advogado Roque de Brito. Nesse sentido, que “doutrina contrária” seria essa pela qual o jovem universitário foi preso? A *Tribuna* não explorava qualquer possibilidade de defesa do acusado em suas matérias. Ao contrário, o jornalismo antipopular, que era imprimido diariamente, permanecia a serviço de uma “democracia” que, contraditoriamente, buscava silenciar e prender os sujeitos divergentes dessa ordem.

A sede pela repressão sistematizada, que era materializada pelas prisões sumárias, sobressaía-se por entre as letras do jornal de Alves. A manchete “Inquérito da Subversão: concluído o presente inquérito outro virá com novas prisões e diligências” procurava não só legitimar e exaltar a ação repressora, encabeçada também pelo governo de Aluizio, mas sobretudo causar no público a sensação de que a ditadura vinha “moralizar” a sociedade e trazer uma “tranquilidade”, que paradoxalmente instalava o terror, pelo combate aos “subversivos”. A matéria prosseguia ressaltando que um “novo inquérito para prender novos implicados na subversão”

estava a caminho. Seu objetivo era “apurar novas denúncias surgidas com diligências que não têm cessado, desde o início da revolução”. Havia, outrossim, uma animosidade, enfatizada pelo impresso, dos militares de Natal em virtude de o Supremo Tribunal Federal permanecer negando muitos pedidos de *habeas corpus* para presos políticos. Para os militares, essa prática da justiça reforçava “a perfeita segurança para prosseguimento da obra revolucionária iniciada a 31 de março” (INQUÉRITO..., 3 set. 1964, p. 8).

Nessa artilharia pela ampliação da “obra revolucionária”, o estudante Francisco de Assis Barbosa foi o primeiro detido pelo Inquérito Policial Militar nº 2. Ele era “chefe do departamento de jornais falados da Emissora de Educação Rural e um dos principais líderes da Juventude Estudantil Católica no Rio Grande do Norte”. Foi preso por ordem do major João José Pinheiro da Veiga, o então presidente do referido inquérito. Na mesma página, a *Tribuna* não esqueceu de informar a volta às aulas do curso de Direito do universitário Marcos Guerra, que havia sido preso por ter coordenado o “método de alfabetização do professor Paulo Freire” no estado. Marcos foi libertado no Recife por força de um *habeas corpus* impetrado por seu pai, professor Otto de Brito Guerra, que era então diretor da Faculdade de Direito em Natal (ESTUDANTE..., 13 set. 1964, p. 10).

Contraditoriamente, esse método de alfabetização de Freire foi respaldado pelo governo de Aluizio. Todavia, o governador conseguiu se livrar de qualquer acusação de que com tal programa educacional estaria cometendo uma “atividade subversiva”. Mas

não faltaram esforços dos seus adversários nesse sentido. Dinarte Mariz, por exemplo, costurou reiteradamente junto aos militares a deposição de Aluízio do governo estadual. O presidente Castelo Branco, contudo, manteve Alves no poder. Em 1969, no contexto do AI-5, o político angicano sofreu de fato a cassação política (FREIRE, 2003).

A *Tribuna do Norte*, durante o ano de 1964, deu ênfase às publicações sobre as prisões políticas. Houve a abertura de mais um terceiro Inquérito Policial Militar. De acordo com o impresso, um “documento secreto vindo da 7ª Região Militar provocou instalação do IPM nº 3” (DOCUMENTO..., 15 dez. 1964, p. 5). Antes de um mês, surgiu a manchete “Considerados inocentes pelo IPM n. 3 os sete estudantes de Açú ouvidos ontem” (CONSIDERADOS..., 3 jan. 1965, p. 8). Entre os três inquéritos abertos para investigar as “atividades subversivas” no Rio Grande do Norte, sendo um policial civil e dois policiais militares, o que mais recebeu publicidade nas páginas da *Tribuna* foi, sem dúvida, o “Inquérito da Subversão”, gerado por ordem do governador Aluízio. Além desse chefe do executivo ter regulamentado o Ato Institucional nº 1 no Estado, abriu um inquérito policial civil. Conforme Galvão (2004, p. 32), não há registro histórico de que outro governador no Brasil tenha constituído uma comissão de investigação paralela, com poderes especiais, a fim de “processar, prender e encarcerar os supostos subversivos”, assim como aconteceu no Rio Grande do Norte.

A ligação política de Aluízio com o ex-presidente Jango, suas práticas assistencialistas junto aos setores populares, a exemplo

do programa de alfabetização do professor Paulo Freire em terras potiguares, indicavam, provavelmente, uma posição duvidosa de Alves diante da ditadura. Com o golpe de Estado, o governador precisou repensar sua atuação política e, numa manobra coordenada, aproximou-se dos militares sem hesitar.

O "Inquérito da Subversão" era também uma forma de mostrar "serviço" do governo do Rio Grande do Norte à "Revolução" de 1964, cujo órgão publicitário foi a própria *Tribuna do Norte*. Para tanto, a implantação da ditadura no Rio Grande do Norte por Aluísio Alves, com o aparato dos meios de comunicação, não deixou a desejar frente aos complexos instrumentos de repressão que foram impostos à sociedade brasileira.

Ainda sobre o famigerado "Inquérito da Subversão", o policial Carlos Veras "tornou-se, portanto, o cérebro dos interrogatórios e enquadramentos dos presos na Lei de Segurança Nacional destacando-se, também, pelo uso da tortura psicológica" (GALVÃO, 2004, p. 110). Entretanto, essa parte do inquérito a *Tribuna* não registrou em suas palavras impressas. E não publicaria mesmo, uma vez que tais interrogatórios torturantes e aviltantes dentro dos quartéis foram legitimados e havidos como necessários pelos detentores da ordem a fim de consubstanciar a "obra revolucionária" no estado.

Alguns dos presos políticos conseguiram registrar suas memórias posteriormente. Mailde Galvão (2004) contou, em 1964: *aconteceu em abril*, que por fazer parte da administração municipal do prefeito Maranhão, foi considerada uma das "subversivas" no Rio Grande do Norte. Ela foi submetida a seis interrogatórios em vários

inquéritos. Na primeira detenção, Mailde foi conduzida por militares ao quartel do 16º Regimento de Infantaria em Natal. Lá, diante de um capitão e de um tenente, a ex-secretária do município esteve sob a inquirição desse último oficial. O “tenente queria descobrir onde estavam escondidos os meus documentos subversivos”, disse Mailde. Horas antes dessa prisão, a casa da interrogada sofreu uma invasão de militares do Exército. Revistaram “todos os cômodos” e, no quarto dela, “mexeram até nas caixas de absorventes íntimos” (GALVÃO, 2004, p. 61).

Diante dessa situação traumática, Mailde concluiu que, “por uma suspeita absolutamente infundada e sem sentido, invadiam as residências, prendiam pessoas e expunham as famílias ao vexame das investigações na vida pessoal e profissional”. Além disso, as vítimas da ditadura tinham a vida desarticulada repentinamente, perdiam a privacidade, o direito ao contraditório e a estabilidade nos empregos (GALVÃO, 2004, p. 62). Quanto à *Tribuna do Norte*, por permanecer, nesse contexto de 1964, alinhada à “obra revolucionária”, imprimiu certo silêncio sobre as vozes sufocadas de homens e mulheres atingidos pelos vários inquéritos policiais e civis do regime militar, embora, em meio a esse alinhamento jornalístico, houvesse pontos dissonantes dentro do impresso, o que já foi discutido no capítulo segundo deste livro.

No tocante à perda da privacidade, Mailde constatou que o jornal de Alves tanto noticiou sua prisão pelos militares quanto procurou, ainda, entrevistá-la no momento de sua liberdade. Segundo a ex-secretária do município, a *Tribuna* publicou uma

nota informando que “a professora Mailde Pinto, aparentemente calma, negou-se a prestar qualquer declaração”. A esse respeito, em forma de desabafo e de postura divergente, Mailde assim observou: “Não foi possível defender a minha privacidade e, naquela noite, toda a minha sensibilidade estava exposta” (GALVÃO, 2004, p. 172-173). Provavelmente, parte desse silêncio do jornalismo da *Tribuna* fosse reforçado pela recusa de que alguns presos políticos em não conceder qualquer entrevista ao periódico. Para além da invasão da privacidade, conforme o depoimento de Mailde, provavelmente estava implícito o medo que os presos políticos tinham de se complicar ainda mais diante dos militares. Falar qualquer coisa na imprensa (e se essa fosse complacente com a ditadura, era pior) poderia servir de agravante aos acusados. Mesmo que Mailde e seus pares tivessem ganhado a liberdade dos quartéis, permaneciam respondendo aos processos. Dizer alguma palavra em público, naquele contexto, não era um gesto sensato.

Mas não foi só Mailde que se recusou a conceder entrevista a repórteres da *Tribuna*. Alguns cidadãos natalenses também foram mostrados nessa situação de não querer diálogo com o jornal no momento em que passavam por dramas e tragédias familiares. Em uma reportagem sobre um assassinato, tentativa de homicídio e posterior suicídio do autor dos crimes, a *Tribuna* publicava a “tragédia da Av. 4”, na qual a jovem Joanete Oliveira teria sido morta pelo suposto namorado Edmilson Rodrigues que, depois de ter ferido também o irmão dela, cometera suicídio no bairro

do Alecrim (TRAGÉDIA..., 26 fev. 1969, p. 8). A família negava, entretanto, que ambos fossem namorados.

Entre os intertítulos da matéria, o impresso bradava: “TRABALHO DIFÍCIL”. Em seguida comentava: “à primeira tentativa de contato da reportagem com os familiares das vítimas foi impossível pois, além da negativa em nos receber, ninguém parecia em condições emocionais para prestar esclarecimentos” (TRAGÉDIA..., 26 fev. 1969, p. 8). Porém, a equipe insistiu tanto que ainda conseguiu publicar a fotografia das vítimas, ou seja, de Joanete e seu irmão, em momento familiar. Diante das negativas da família, o jornal de Alves não escondia no texto final da notícia que houve uma espécie de “invasão” do lar daqueles indivíduos enlutados.

Possivelmente, os repórteres obtiveram essa fotografia neste momento cristalizado pelas palavras impressas: “Nova investida da reportagem, sala de jantar e pôde se colher retalhos da conversa [...]”. A relação da *Tribuna* com o público, leitores ou não, apresentava pontos de tensão e conflito. Nesse sentido, fica evidente, também, pela reprodução da fala de um parente de Joanete no instante em que ele alertava a familiares desta forma: “Não adiantam comentários que podem ser explorados pelo jornal” (TRAGÉDIA..., 26 fev. 1969, p. 8). Destarte, a *Tribuna* passava a ser vista como uma ameaça à intimidade de determinadas famílias, fato esse endossado por Galvão (2004).

O AI-5 e a censura pelas palavras impressas

O Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, no governo do presidente Costa e Silva, empreendeu uma onda de cassações políticas e repressão mais incisiva na sociedade. O Ministério da Justiça, a despeito de qualquer apreciação do poder judiciário, doravante podia, dentre outras medidas, reprimir manifestações de cunho político e proibir o acesso a determinados lugares. Além do domicílio especificado, havia uma liberdade vigiada por parte da ordem ditatorial. E nessa esteira do AI-5 esteve a censura como mecanismo de tolher a liberdade de expressão, principalmente dos veículos de comunicação, os quais não deveriam publicar os crimes cometidos pelo próprio estado brasileiro. Todavia, alguns órgãos da imprensa, que sobreviveram ao endurecimento do regime militar, conseguiram burlar e emitir com propriedade palavras divergentes no texto jornalístico. Assim, como o jornal de Aluizio Alves comportou-se nesse contexto de repressão mais contundente? E como ocorreu essa relação do jornalismo da *Tribuna* com a política dos militares depois do AI-5?

A *Tribuna do Norte* deu publicidade aos novos investimentos técnicos em suas oficinas e redação no contexto da ditadura militar.

Em 1964, a empresa jornalística, por meio dos acionistas, estava empregando com sucesso os 45 milhões de cruzeiros levantados com o aumento de capital. Com 25 milhões de cruzeiros, foram compradas máquinas novas para o melhoramento gráfico do impresso, porque já se organizava a montagem de uma gráfica. Entre as máquinas, figurava uma linotipo modelo 31, duas impressoras para a gráfica, uma picotadora, uma cortadeira e uma grampeadora. Quanto às máquinas já existentes, passaram por recondiçõamentos. Além disso, a organização do jornal começou a trabalhar em conjunto com a Rádio Cabugi. A proposta era a organização da empresa articulando jornal, rádio e gráfica, com o novo gerente geral Luiz Ferreira dos Santos e na chefia do departamento comercial e promocional, o jornalista Woden Madruga (PREZADO..., 19 ago. 1964, p. 1). Articulada às práticas repressoras no Rio Grande do Norte, a imprensa do grupo Alves passava, a partir de 1964, por processos de modernização e ampliação do seu alcance comunicativo. Mas esse alinhamento do impresso com os militares sofreu mudanças.

No período da ditadura brasileira (1964-1985), os militares tiveram grande preocupação com o setor de comunicação. Com o objetivo de colher informações sobre a sociedade, foi montada uma vasta estrutura. Desse modo, dentro do aparato repressivo, instalou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) com suas ramificações regionais, que ficaram integradas às três armas e às polícias federal e estaduais. Foram criados também os DOI-CODIS, que eram o Departamento de Operações de Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna, além do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) nos estados da federação. Havia ainda a

Operação Bandeirantes (OBAN), que recebia verbas de empresários nacionais e internacionais (FREIRE, 2003). Em sintonia com esses órgãos de controle de informações, permaneceu a imprensa de Aluizio alinhada ao governo ditatorial, embora houvesse seus pequenos pontos de fuga.

Anterior à instalação da censura sistematizada sobre os meios de comunicação no Brasil, muitos jornais submeteram-se às determinações superiores, incorporando práticas jornalísticas proibitivas antes mesmo que a ordem chegasse às redações (BARBOSA, 2007). A partir de 1968, com a efetivação da censura política, a *Tribuna do Norte*, segundo Freire (2003), sofreu a censura preestabelecida, ou seja, a direção do jornal promovia a autocensura, antecipando-se à presença de censores em suas redações. No entanto, em 1969, segundo o jornalista Ticiano Duarte, editor chefe da *Tribuna* naquele período, ele sofreu uma ação da censura “quando passou a ser perseguido pelo comando do exército local”. De acordo com Duarte, a censura “teve influência de Dinarte Mariz, que mantinha ligações com a linha-dura do exército” (FREIRE, 2003, p. 42). Nesse mesmo ano, Aluizio teve seus direitos políticos cassados por interveniência de Mariz junto ao governo de Costa e Silva. Com o afastamento de Aluizio do jornal, Ticiano Duarte e Cassiano Arruda ficaram na direção. Convocados diariamente ao quartel do Exército a fim de prestar esclarecimentos sobre o que a *Tribuna* andava publicando, Duarte e Arruda recebiam determinações para que o jornal não realizasse críticas ao governo estadual, bem como sofriam ameaças por parte dos militares (FREIRE, 2003).

Segundo Barbosa (2007, p. 192), “o jornalismo e os jornalistas se [imiscuíram] às cercanias do poder, procurando as benesses daí advindas”, nesse contexto da ditadura militar brasileira. Ademais, eles “se autoconfiguraram como intermediários entre o poder e o público, referendando o seu lugar de poder”. Alguns jornais foram condizentes ou mesmo ignoraram a ação repressora, que resultou em inúmeras prisões e morte de milhares de pessoas. Esses mesmos jornais foram uníssonos na publicidade dos “milagres” econômicos do período e silenciaram sobre o empobrecimento de parcelas importantes da população. Sem falar da ampliação das “glórias esportivas” como se fossem partilhadas por toda a população (BARBOSA, 2007, p. 196).

No tocante à onda de repressão no cotidiano da cidade, a *Tribuna* trouxe algumas publicações que demonstravam tensão entre o jornal e a ordem dos militares. O uso de bebida alcoólica, por exemplo, foi uma dessas publicidades de conflito. De acordo com Cancelli (2001, p. 156), desde o começo do século XX, no Brasil, quando juristas e outros especialistas da segurança pública organizaram as leis penais sob a perspectiva positivista, o álcool foi apontado como elemento responsável pela “perversão dos costumes e do caráter”, “pela relaxação de costumes, pelo desdém das conveniências, pelo abandono das ocupações, pelo egoísmo, pela brutalidade [...]”. Já no contexto da ditadura militar de 1964, o álcool retornou às pautas de controle do espaço urbano pelos detentores da ordem.

Os indivíduos apontados, pela polícia, em situações de alcoolismo ou embriaguez, que receberam toda uma publicidade da *Tribuna*

em Natal, eram vistos, conforme a pesquisa de Cancelli (2001, p. 157), “como um mal social do que como doença”. Nessa direção, desordens, roubos, lesões corporais e assassinatos, por exemplo, podiam ser associados a uma degeneração social provocada pelo álcool. Na ditadura militar, o combate acirrado aos desordeiros e embriagados se tornou um abuso das autoridades policiais, o que não deixou de ser um ponto de tensão, mesmo com palavras acauteladas, dentro do jornalismo da *Tribuna*. Desse modo, o jornal deixou evidenciar que qualquer sujeito poderia ser acusado de estar “visivelmente embriagado” e, por isso, ser levado à detenção correccional.

Na seção “Romance Policial da Cidade”, Dailor Varela publicou “De um visível bêbado”. Com um texto humorado e irônico, o que também era uma crítica moderada ao trabalho desmedido da polícia na via pública, Varela escreve que “Henrique Ricardo do Nascimento, nome bastante respeitável, até pela pronúncia, bebeu demais e por isso foi parar na cadeia” (VARELA, 12 fev. 1965, p. 6). Dailor denunciava que em Natal existia, doravante, uma divisão “para bêbados”, ou seja, os “visíveis e invisíveis”. Entretanto, “só os visíveis” entrariam “em cana”. Essa expressão, oriunda das ruas, significava que o sujeito iria preso.

Com isso, Dailor tecia uma crítica aos registros de controle da polícia sobre os “bêbados”: “Imaginem que é realmente este o texto do livro de ocorrências: “Foi preso na madrugada do dia nove de fevereiro de sessenta e cinco, o indivíduo Henrique Ricardo do Nascimento, por está [*sic*] visivelmente embriagado”. Mas, antes que os militares censurassem sua publicação, Varela externava

que “contra a ação da polícia, não podemos ser contra, pois é um dever”. Todavia, colocando-se como um dos sujeitos passíveis dessa repressão, brada: “Mas tenho agora bastante medo de entrar em cana e virar notícia policial”. E acrescenta: “Pois quando bebo, ainda não me tornei nenhuma vez, invisível. Sou portanto um visível” (VARELA, 12 fev. 1965, p. 6). Nessa parte, Dailor revelava-se como alguém que apreciava a bebida alcoólica e, por isso, entrava em conflito com a ordem policial acirrada no espaço urbano. Ao escrever “De um visível bêbado”, o referido autor registrava a sua relação com os demais “embriagados” pela cidade. A *Tribuna*, nesse caso, emitia uma publicação que contradizia as práticas políticas da segurança nacional dos militares.

A partir de 1968, a polícia estava trabalhando sob a força do AI-5, quando houve a radicalização repressora do Estado ditatorial. Tanto que a notícia “Boemia agora em Natal tem que ser com documentos sem violões e pitú” dava publicidade à repressão a todos os grupos que frequentavam a boemia da cidade. Na sequência, o periódico, lamentando, dizia que “até fins do ano passado, em Natal podia-se andar pelas ruas sem documentos e assim transitar livremente de bar em bar até amanhecer o dia” (BOEMIA..., 2 fev. 1969, p. 10).

Nesse trecho, ficava implícita a ruptura trazida pelo AI-5, que acabou por estreitar ainda mais os círculos de atuação social dos sujeitos pela urbe. Aqui também repousa um ponto de tensão entre o jornalismo da *Tribuna* e a ordem dos militares, embora isso fosse suavizado, inclusive pelo não esquecido apoio dado ao

trabalho da polícia. “É expressamente proibido andar sem documentos”, assim finalizava a *Tribuna*, ao mesmo tempo, pontuando que “a medida de nossa polícia é das mais justas para garantir a ordem em Natal” (BOEMIA..., 2 fev. 1969, p. 10). Mesmo que por entre a equipe de jornalistas estivessem alguns desses boêmios, acostumados à diversão mais despojada nos espaços de sociabilidades de Natal, o impresso precisava dizer, no final do dia, que a referida repressão era correta.

Nesse período, sobretudo na vigência do AI-5, a polícia foi ganhando uma publicidade constante pelas letras da *Tribuna do Norte*. As forças policiais foram incumbidas do controle tanto dos crimes comuns quanto dos crimes de “subversão”, além das contravenções penais, a exemplo da desordem e da embriaguez. Esse trabalho de repressão, cada vez mais marcado por estratégias operacionais, tinha sua visibilidade ampliada pela força publicitária da imprensa no espaço público. Se a população convivia diariamente, nas ruas e até nos lares, com uma polícia que se estruturava, ficava a cargo da imprensa, a exemplo da *Tribuna do Norte*, respaldar, redefinir ou contradizer a imagem dessa polícia publicamente.

Quanto aos sujeitos acusados, mormente de contravenção penal, a solução, com ampla publicidade da *Tribuna*, era encerrá-los nas celas das delegacias de polícia espalhadas pela cidade, como parte das prisões “correcionais”. Em uma operação policial, por exemplo, foram efetuadas “50 prisões correcionais, sendo 30 de homens e 20 de mulheres, todas por embriaguez e desordens” (50 PESSOAS..., 11 jul. 1969, p. 4). A repressão, advinda do AI-5, no

cotidiano da população ganhava, assim, a publicidade do periódico potiguar, embora, noutra situação, o impresso tivesse que noticiar a prisão de membros da sua equipe.

No tocante à publicidade sobre a prisão de Agnelo Alves, a *Tribuna* emitiu uma matéria em forma de questionamento e repúdio ao fato. A prisão impetrada pelos militares em Natal envolveu tanto Agnelo quanto o editor do jornal Cassiano Arruda, além do chefe das oficinas Baltazar Pereira. Com um intertítulo que revelava uma tensão entre a *Tribuna* e o governo ditatorial, a mensagem de “explicação ao público” buscava chamar a atenção dos leitores para uma suposta “armação” política contra o prefeito Agnelo, a qual havia encontrado apoio nos militares.

UMA INDAGAÇÃO. Diante de tais fatos, é evidente nossa indagação; a quem interessaria que saísse na TRIBUNA uma nota visando à mais alta autoridade militar do Estado? Ao prefeito Agnelo Alves ou aquele que sonham, desejam e de vez até façam promessas pela sua destruição. É a mesma pergunta que assoma diante de um crime: a quem interessa o golpe? Será, porventura, a própria vítima? A atual conjuntura, alvo de tramas e denúncias de toda espécie, com gente vivamente empenhada em tirá-lo da Prefeitura – e, mais do que isso, em manchar-lhe a dignidade –, quando sua administração é submetida à investigação por comissão militar de alto nível e quando sempre se empenhou em manter os mais altos entendimentos com as Forças Armadas em benefício do Município, seria lógico e admissível que o prefeito Agnelo Alves, pessoalmente, investisse contra o comandante da Guarnição Militar de Natal? Por quê? E para que? Estes são os fatos, na frente do acontecido. As investigações são lógicas e inevitáveis. As respostas virão, naturalmente, com a verdade que há de ser encontrada no curso das investigações que se processam (EXPLICAÇÃO..., 20 maio 1969, p. 1).

A mensagem de repúdio e desabafo insinuava que esse “golpe” contra Agnelo parecia tentar atingir mais outra pessoa, citada indiretamente nestas palavras: “[...] Agnelo Alves ou aquele que sonham, desejam e de vez até façam promessas pela sua destruição” (EXPLICAÇÃO..., 20 maio 1969, p. 1). Quem seria a principal figura política da família Alves? O próprio Aluízio que estava, naquela época, no cargo de deputado federal. Ele também sofreu cassação política nesse mesmo ano por força do AI-5. A versão da *Tribuna* era de que a prisão de Agnelo Alves, o então prefeito de Natal, era uma suposta manobra política visando ao fim último que seria a “destruição” de Aluízio. Desse modo, a matéria lançava algumas perguntas que ganhavam publicidade na esfera pública, contudo, reiterava um suposto apoio do grupo Alves, bem como do próprio jornal, aos militares. Para Agnelo, a linha editorial dos jornais dos quais participou no período da ditadura foi “de oposição ao regime”. No entanto, para esse jornalista, havia uma “oposição possível” (FREIRE, 2003, p. 46).

Ademais, o jornalismo da *Tribuna* apresentou um alinhamento controverso com os militares. Os pontos divergentes com a ditadura foram minimizados e velados em algumas publicações já exploradas por esta pesquisa. Por ocasião da prisão de Agnelo¹¹ e da cassação dos direitos políticos de Aluízio, a *Tribuna* passou a exercer críticas mais claras ao governo estadual de Cortez Pereira,

11 Agnelo Alves foi preso por 49 dias e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. A acusação do comando militar de Natal era de que o então prefeito da cidade, como jornalista, teria publicado na *Tribuna do Norte* uma nota depreciativa ao comandante dessa unidade. Segundo Agnelo, a nota era falsa (FREIRE, 2003).

que era ligado aos militares da linha dura (FREIRE, 2003). Então, pela matéria referente à prisão do então prefeito de Natal, percebemos que há uma voz denunciadora, implicitamente, de prováveis conchavos políticos locais que, ao lado do comando militar da cidade, conseguiram tramar e consumir um “golpe” no grupo Alves. Com o excerto “[...] a quem interessa o golpe?” (EXPLICAÇÃO..., 20 maio 1969, p. 1), a *Tribuna* bradava tentando insinuar uma acusação à principal figura adversária de Aluízio, que era provavelmente Dinarte Mariz, visto que a cassação de Aluízio teve a sua participação, por ser um político ligado ao presidente Costa e Silva e aos militares da linha dura, conforme constatou Trindade (2004). Aluízio Alves alinhou-se ao golpe militar em 1964 e, depois de alguns anos, contraditoriamente, estaria sofrendo um “golpe” desses mesmos militares por uma manobra política articulada por grupos adversários a ele.

No que tange à publicidade do jornal voltada aos jovens, a “classe estudantil” não foi somente um grupo político que surgia no espaço público em Natal pela narrativa do impresso. Os jovens, universitários ou não, despertaram o interesse da *Tribuna* para escrever visando atingir seu público. Depois de 1968, novas matérias foram impressas no intuito de interagir com a juventude. Entretanto, esses jovens, descritos pelo jornal, deveriam ser moradores dos bairros centrais da cidade, como Petrópolis e Cidade Alta, que frequentavam cinemas, veraneavam nas praias urbanas de Natal e ouviam certos sucessos musicais da época, como *The Beatles*. Os jovens da periferia, que viviam, por exemplo, nos bairros das Rocas,

Quintas e na “favela” de Mãe Luiza, provavelmente, não estavam incluídos nessas práticas culturais de acordo com as publicações do impresso. A demarcação de um público jovem pela *Tribuna* também esteve ligada à emergência dos grupos de jovens no contexto dos anos 1960. Esse movimento da juventude ocorria não só no Brasil como também ao redor do mundo.

A linha de pensamento e prática da coluna “Jovem Tribuna do Norte” articulava-se com as principais aspirações daquela geração de jovens, inclusive dos que estiveram como ativistas políticos nos movimentos de rua. Romper com as velhas estruturas sociais e experimentar novas sensações e modos de vida tornavam-se ideias partilhadas pelos diferentes grupos entre os jovens. Dailor Varela, um dos jornalistas da *Tribuna*, não teve sua escolha à toa para assumir a coluna que perscrutava a juventude inquieta naquele contexto. Desse modo, podemos perceber que o movimento estudantil tinha suas ressonâncias por entre a equipe de produção do jornal de Alves, embora esse mesmo impresso não deixasse de publicar as prisões dos estudantes universitários desde 1964.

No que diz respeito à eclosão do movimento estudantil, profuso e diverso, incluindo os jovens das elites natalenses, também influenciou a produção do jornalismo da *Tribuna do Norte*. Jornalismo esse que se transformava pelas mudanças sociais, políticas e históricas ocorridas nesses últimos vinte anos. O jornalismo populista, forjado nos anos 1950, tentando perscrutar, principalmente, os grupos populares, ao mesmo tempo que publicava sobre suas ações criminosas, já nos fins da década de 1960, foi (re)significado pela

busca de novos públicos, entre os quais estavam os jovens, como atores sociais e portadores de ideias transformadoras, mesmo esse jornalismo mantendo uma posição complacente, às vezes contradita e fugidia, com o regime militar.

A coluna “Jovem Tribuna do Norte” buscava ser um espaço de publicações voltadas para esse público, partilhando determinados gostos e tendências, conforme pontuado pelas palavras de Teresa Maciel: “Aquele abraço. Para você que anda na moda... aquele abraço; para você que gosta de música jovem... aquele abraço; [...] para você que adora Caetano e Gil... aquele abraço; e dos Beatles também... aquele abraço. Esperem e terão breve um grande abraço” (JOVEM..., 17 ago. 1969, p. 5). A publicidade de moda e gostos musicais, na interação com o público, tentava criar padrões de comportamento e práticas culturais.

Em “A moda loucona para você”, havia um esforço da coluna “Jovem Tribuna do Norte” no sentido de enfatizar e particularizar um estilo de ser e de vestir-se entre o público jovem, com o qual se pretendia interagir e influenciar em 1969. “Moça de calça Lee e rapaz cabeludo. [...]. A moda para o homem é a camisa sem manga e o colete bem cavado... para as garotas bacaninhas o ideal é a jardineira de malha e para praia os maiôs estilo Barbarella” (JOVEM..., 17 ago. 1969, p. 5). Em outra edição, a partir do desenho de um casal *hippie* presente na capa de uma das edições da “TN Ilustrada”, cuja chamada destacava “Para onde vão os jovens?” (TN..., 12 jul. 1970, p. 1), podemos deduzir que a indicação da “moda loucona”, no impresso, recebia investimentos dos estilos adotados pelos jovens

hippies. O garoto “cabeludo”, nessa situação particularizada do jornal, não tinha conotação de “comunista”. Havia cabeludos por entres os *hippies*, “subversivos” e jovens “bacaninhas”. Mas, Dailor Varela e Teresa Maciel, de acordo com os direcionamentos dados ao público leitor, escreviam, de fato, para os “jovens modernos”.

Essa postura liberal, com ideias e práticas “rebeldes”, preconizada pelos jornalistas da “Jovem Tribuna do Norte” tinha seus espaços limitados. Tensões existiam entre ser “jovem moderno” e a imersão em uma sociedade vigiada¹² e militarizada. Sim, militarizada pelo desdobramento da ditadura militar ficando estratégias de controle e repressão, inclusive nos materiais informacionais, que eram consumidos, sobretudo, pelo público jovem das camadas urbanas. Em uma matéria significativa, o jornal intitulava: “Proibido. Cigarreiras não mais venderão fotonovelas e livros de bolso” (PROIBIDO..., 28 jun. 1970, p. 8). A palavra “proibido” tornava-se, por si só, pesada, tensa, conflituosa. Essa única palavra, contundente, estabelecia uma ruptura e, ao mesmo tempo, um descompasso no frenesi daqueles que falavam em “moda loucona” para a juventude. E continuava a narrativa sobre a proibição:

A partir da próxima segunda-feira, as jovens natalenses, consumidoras de “Sétimo Céu”, “Capricho”, “Ilusão” e outras fotonovelas não poderão mais comprar estas publicações em bancas de revistas. É o serviço de Censura e Diversões Públicas quem determina de acordo com Decreto 2670, da Portaria 21970, que entra em vigor neste domingo. Por outro lado, as publicações românticas,

12 Sobre sociedade da vigilância e a prisão como problemáticas da teoria social, conferir: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

eróticas, sexy, de terror ou de humor serão vendidas (a maiores de 18 anos) em lojas especiais (PROIBIDO..., 28 jun. 1970, p. 8).

Depreende-se, assim, que a censura política nos meios de comunicação e materiais informacionais atingia com mais força o público jovem. Ademais, o espaço público, a rua e seus comércios populares sofriam, doravante, restrições contundentes. As bancas de revistas, por exemplo, não tinham mais liberdade de compra e venda de determinados títulos, visto que materiais considerados pelo governo “nocivos” ou “atentatórios” à moral e à ordem passaram a ser proibidos ao consumo dos jovens “rebeldes”. Não deixava de ser uma resposta autoritária àquela geração que lutou por transformações sociais e políticas durante os últimos dois anos da década de 1960. Controlar os corpos, torturá-los de várias formas e, depois, destroçá-los não era o bastante; o governo, mais uma vez, precisava controlar as mentes, a privacidade e a individualidade dos sujeitos. Era um golpe mais contundente dentro do seio da sociedade brasileira.

Na primeira página, com manchete intitulada “RC NA CENSURA”, o jornal noticiava a censura sofrida pelo filme *Diamante Cor de Rosa*, o qual tinha como artista principal o cantor Roberto Carlos. O ator José Lewgoy, um dos integrantes da película, dirigiu-se ao Serviço de Censura em Brasília para acompanhar o trabalho dos censores (RC..., 1º jul. 1970, p. 1). As manifestações artísticas, como teatro, música, literatura e cinema, sofreram um duro golpe de repressão. Mesmo que a *Tribuna do Norte* tentasse realizar um noticiário com certa imparcialidade,

ou seja, procurando apenas informar o que aconteceu, onde e quando e com quem, a exemplo desse episódio envolvendo o cantor Roberto Carlos, no entanto, ficava nas entrelinhas a denúncia velada da onda de censura instalada a partir do AI-5. O título da matéria com a palavra “censura” em grandes letras, assim como o efeito pretendido com a palavra “proibido”, era um ponto divergente e um conflito amordaçado, porém impresso. Conflito que demarcava espaços, denunciava com sutilidade e comunicava a tensão no espaço público pela dinâmica do jornalismo.

Considerações finais

Com a deflagração do golpe militar de 1964, a *Tribuna do Norte* precisou reconstruir o seu jornalismo, que desde 1950 esteve atrelado à prática populista de Aluizio Alves. A adesão às forças golpistas contra o presidente João Goulart não foi um projeto apresentado antecipadamente pelo então governador Alves em sua folha diária. A *Tribuna* passou a aderir ao governo ditatorial em uma ação oportunista, quando ficou constatada a deposição de Jango. Essa manobra política do jornal pode ser clareada pelo alinhamento de Aluizio ao governo federal durante todo o mandato do presidente Goulart, apesar de Alves ter mantido o afastamento, antes de 1964, dos grupos de esquerda, dentre os quais estava Djalma Maranhão, o então prefeito de Natal. Contudo, esses mesmos grupos de esquerda apoiaram Aluizio no pleito eleitoral de 1960, no qual ele foi eleito governador do Rio Grande do Norte.

Realizado o alinhamento oportunista do impresso pela orientação política de Alves, a *Tribuna* direcionou o foco do seu jornalismo policial à publicidade dos crimes considerados da “subversão” na esfera pública potiguar. O “Inquérito da Subversão”, que era um inquérito civil criado na administração estadual de Aluizio, ganhou notoriedade também pelas palavras impressas. A adesão

de Alves ao golpe de Estado na última hora ensejou desconfianças e críticas mormente dos seus adversários políticos, que tentaram destituí-lo do cargo de governador perante os militares em Brasília.

Desse modo, o alinhamento entusiasmado e a importância dada pela *Tribuna* à publicidade da “subversão” podem ser compreendidos na tentativa de Aluizio em legitimar sua deferência política às forças golpistas. Essa publicidade, que reconstruía e estigmatizava os sujeitos e suas ações “subversivas”, cumpria os interesses políticos de expurgar os “criminosos” da ordem estabelecida e alarmar a sociedade quanto ao perigo “vermelho”. Ao mesmo tempo, a publicidade atingia também os objetivos mercadológicos de manter os leitores atentos quanto às novas edições sobre a caçada aos “comunistas” potiguares. As repetidas publicações sobre o “Inquérito da Subversão” tentavam (re) construir uma realidade social forjada pelo medo com traços sensacionalistas e escandalosos no espaço público.

Entretanto, o alinhamento do periódico e seu afã pela publicidade dos “subversivos”, que os criminalizava outra vez, apresentou contradições dentro do próprio jornalismo. Houve um alinhamento controverso da folha com o governo ditatorial e a publicidade do crime apresentou uma relação com a política de forma mais incisiva. Nesse período, a *Tribuna* projetava-se na esfera pública não apenas como um jornal-empresa, mas como um instrumento político em defesa da ordem criada pela “Revolução” de 1964. Além de se pretender uma instituição interventora para “moralizar” os “subversivos” e “desordeiros” da cidade, apesar dos

pontos sutis de divergência dentro dessa mesma prática jornalística complacente com o regime militar.

À medida que as ações repressoras transtornavam o cotidiano da sociedade, principalmente quando atingiam, contundentemente, o direito de expressão e de ir e vir, esse alinhamento da *Tribuna* com a ordem dos militares dava sinais de divergência e tensão. Assim, surgia a contradição no momento em que o jornal dava publicidade aos “criminosos” da “subversão” e, igualmente, publicava sobre textos literários que emanavam dor, angústia e anseio por liberdade. Sem falar das matérias que sutilmente criticavam a repressão policial aos sujeitos boêmios, que não podiam andar mais pelas ruas sem documentos, e aos “bêbados” visíveis de Natal, e das publicações ambíguas sobre o movimento estudantil de 1968.

Quando a repressão ditatorial, sobretudo no endurecimento do estado de exceção, começava a atingir os sujeitos que faziam parte do jornal ou mesmo dos grupos elitistas que compartilhavam da folha, o jornalismo alinhado aos militares não deixava, porém, de externar suas palavras divergentes. As contradições da publicidade da *Tribuna* foram ficando mais nítidas no contexto da prisão de Agnelo Alves e sua posterior cassação política, bem como com a cassação, por força do AI-5, do próprio Aluizio. Se, por um lado, a *Tribuna* publicava e endossava as detenções “correcionais” aos “desordeiros embriagados” no espaço urbano, por outro lado, procurava indagar sobre a prisão política de membros da sua equipe jornalística.

Embora o periódico de Aluizio promovesse a autocensura, não deixou de publicar sobre a tensão e o conflito que envolviam a ação

dos censores aos materiais cinematográficos e informacionais, por exemplo. A publicidade sobre a repressão advinda do AI-5 e a censura no cotidiano social, principalmente atingindo os jovens natalenses das camadas médias urbanas, foi o ponto de maior contradição entre o jornalismo policial afeito ao controle dos “subversivos” e as editoriais que astutamente criticavam as atitudes do regime militar no cerceamento das liberdades individuais e coletivas.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- COMISSÃO da Verdade – UFRN. Natal, 2015. Disponível em: <<http://bczm.ufrn.br/comissaodaverdade/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- DONNICI, Virgílio Luiz. *A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- FERNANDES, Anchieta. *História da imprensa oficial do Rio Grande do Norte*. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FREIRE, Benedito Silvano. *Os jornalistas do Rio Grande do Norte e a censura política no período de 1964-1978*. 58 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: aconteceu em abril*. 2. ed. Natal: Edufrn, 2004.

GIDDENS, Anthony. *O Estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. São Paulo: Edusp, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. *Em nome da ordem: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão*. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

LIMA, Ayrton de. *História do rádio no Rio Grande do Norte*. Natal: Coojornat, 1984.

LIMA, Daladier Pessoa de. Onofre Lopes e o Crutac. *Tribuna do Norte*, Natal, 25 jul. 2013. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/onofre-lobes-e-o-crutac/256525>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006 (Paradidáticos Cultura).

MELO, José Marques (Org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.

PEREIRA, H. A. A. R. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, São Paulo, 2005.

_____. Memória política e populismo no Rio Grande do Norte. In: MORAIS, Grinaura Medeiros de; DANTAS, Eugênia (Org.). *Livro de memórias*. João Pessoa: Ideias, 2006.

POPKIN, J. D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. de Wagner de Oliveira Brandão. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Aluízio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

Jornal

A ASSISTÊNCIA norte-americana ao Brasil em 1966 ultrapassou 300 milhões de dólares. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 21 fev. 1967.

A POSIÇÃO dos jovens. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 7, 1 set. 1968.

ALVES, Aluízio. Ao povo. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 1º abr. 1964.

ALVES, Aluízio. Ao povo do Rio Grande do Norte. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 3 abr. 1964

ATOS são apenas começo da revolução. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 19 jan. 1969.

BELA e subversiva: Berenice procurada. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 9 jun. 1964.

BOEMIA agora em Natal tem que ser com documentos, sem violões e pitú.

Tribuna do Norte, Natal, p. 10, 2 fev. 1969.

BONÉ subversivo. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 24 abr. 1964.

CIDADE da Esperança marcará início de uma nova era para os humildes.

Tribuna do Norte, Natal, p. 6, 4 jan. 1966.

COM CINCO POTIGUARES saiu ontem o novo listão. *Tribuna do Norte*,

Natal, p. 1, 28 fev. 1967.

CONSIDERADOS inocentes pelo IPM n. 3 os sete estudantes de Açú

ouvidos ontem. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 3 jan. 1965.

DANDO TRABALHO a costureiras pobres Aluízio implanta o socialismo

cristão. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 5, 6 jul. 1962.

DJALMA Maranhão solidário com Jango. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 1º

abr. 1964.

DOCUMENTO secreto vindo da 7ª Região Militar provocou instalação do

IPM Nº 3. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 5, 15 dez. 1964.

ESPOSA de Lebre: conhece três idiomas e vai usar curso de decoração na sua

casa em Parnamirim. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 4, 19 abr. 1964.

ESTUDANTE Francisco de Assis Barbosa, líder da JEC, é o primeiro detido

pelo IPM n. 2. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 10, 13 set. 1964.

ESTUDANTES dizem que reitor desvia verbas da universidade para

CRUTAC. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 9 jun. 1968.

ESTUDANTES expulsos voltaram ao Atheneu perturbando aulas. *Tribuna*

do Norte, Natal, p. 6, 13 ago. 1968.

ESTUDANTES pretendem ocupar a Reitoria procurando diálogo. *Tribuna*

do Norte, Natal, p. 10, 1º set. 1968.

EXPLICAÇÃO ao público: uma indagação. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 20 maio 1969.

EXPURGO dos criminosos. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 3, 23 abr. 1964.

GOVERNO decreta Ato Institucional e fechamento do Congresso Nacional. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 14 dez. 1968.

GOVERNADOR nomeia comissão para apurar atividades subversivas. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 19 abr. 1964.

GURGEL, Alexis. Estudante deve (ou não) protestar. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 5, 1º out. 1968. Caderno Extra Experimental.

GURGEL, Deífilo. O barco morto. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 21 ago. 1965. Caderno Tribuna Literária.

GURGEL, Hemetério. O lado secreto da revolução no Estado: em Natal, cinco pessoas conheciam a revolução. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 4, 23 abr. 1964.

IMPRESSÕES digitais. Penteando o cabelo. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 7 maio, 1964.

INQUÉRITO começou na área civil com depoimento de 11 horas do 1º acusado. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 10, 23 abr. 1964.

INQUÉRITO da Subversão: Cesário Clementino lembra loucura da mulher e favores que deve ao Coronel. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 29 jul. 1964.

INQUÉRITO da Subversão: concluído o presente inquérito outro virá com novas prisões e diligências. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 3 set. 1964.

INQUÉRITO da Subversão: universitário João Faustino foi solto e advogados concluirão tudo amanhã. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 20 ago. 1964.

INQUÉRITO Universitário. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 4 jul. 1964.

JOVEM Tribuna do Norte. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 5, 17 ago. 1969.

- MILITARES explicam prisões. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 4 abr. 1964.
- NO DIA do estudante polícia foi às ruas só por precaução: prisões. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 13 ago. 1968.
- NOVAS prisões. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 2 jul. 1964.
- NOVAS prisões foram efetuadas pelo Comando Militar de Natal, dentro das medidas ligadas à segurança pública, ao que se informa por instrução do Comando do IV Exército. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 3 abr. 1964.
- O ABRAÇO da família. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 2, 21 abr. 1964.
- O HOMEM da senha. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 23 abr. 1964.
- O POVO nas ruas defendendo o que é do povo. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 2 jul. 1963.
- PIMENTA, José de Anchieta Fernandes. Poema da inutilidade. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 2, 10 out. 1964. Caderno Tribuna Literária.
- PRESIDENTE Goulart em São Bernardo do Campo: Brasil só terá paz quando todas as reformas forem aprovadas. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 22 ago. 1963.
- PREZADO, leitor. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 19 ago. 1964.
- PRISÕES políticas em Natal: Comando Militar efetua novas prisões em Natal. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 3 abr. 1964.
- PROIBIDO. Cigarreiras não mais venderão fotonovelas e livros de bolso. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 28 jun. 1970.
- RC na censura. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 1º jul. 1970.
- SENTINELAS do inquérito. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 24 abr. 1964.
- TN Ilustrada. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 12 jul. 1970.
- TRAGÉDIA da Av. 4. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8, 26 fev. 1969.

TRIBUNA Política. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 3, 4 abr. 1964.

VARELA, Dailor. De um visível bêbado. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 12 fev. 1965.

VARELA, Walter. Canto da batalha fria. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 2, 10 out. 1964. Caderno Tribuna Literária.

50 PESSOAS foram presas na 7ª DP no mês passado. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 4, 11 jul. 1969.



Este livro foi projetado pela equipe
editorial da Editora da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte.